

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE JARDIM
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

EDIVALDO RICARDI

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO A PARTIR DE
DIFERENTES USOS: UMA ANÁLISE DO PARQUE
INDUSTRIAL DA CIDADE DE JARDIM-MS**

JARDIM-MS
2013

EDIVALDO RICARDI

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO A PARTIR DE
DIFERENTES USOS: UMA ANÁLISE DO PARQUE
INDUSTRIAL DA CIDADE DE JARDIM-MS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, unidade universitária de Jardim, como pré-requisito para obtenção do grau de Licenciado em Geografia, sob a orientação do Prof.MSc. Elvis dos Santos Matos.

JARDIM-MS
2013

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pelo Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação
UEMS – Jardim

RICARDI, E.

A produção do espaço urbano a partir de diferentes usos: uma análise do Parque Industrial da cidade de Jardim-MS/ Edivaldo Ricardi – Jardim [s.n], 2013.

67 f.

TCC (Graduação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

Orientador: Prof.Msc. Elvis dos Santos Mattos

1.paisagem urbana 2.produção do espaço 3. Organização espacial 4. usos do espaço 5. atividade industrial.

É concedida à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul a permissão para publicação e reprodução de cópias deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) somente para propósitos acadêmicos e científicos, resguardando-se a autoria do trabalho.

Edivaldo Ricardi

TERMO DE APROVAÇÃO

EDIVALDO RICARDI

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO A PARTIR DE DIFERENTES USOS: UMA ANÁLISE DO PARQUE INDUSTRIAL DA CIDADE DE JARDIM-MS

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Geografia, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, pela seguinte Banca Examinadora:

Orientador: Prof. Msc. Elvis dos Santos Matos

Professor do Curso de Geografia, UEMS – Jardim

Examinador 1: Prof. Msc. Marilete Osmari

Professor do Curso de Geografia, UEMS –Jardim

Examinador 2: Prof. Igor Ronyel Paredes Gomes

Professor Graduado pela UEMS

Jardim 2013

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha família, que sempre me apoiou, e esteve presente durante minha caminhada acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela oportunidade a mim conferida em realizar o curso de Geografia licenciatura, e pelos momentos de dificuldades superados durante o período em que estive estudando.

Aos meus colegas de curso, Emanoelly, Silvia Pimenta, Samara, Rosilene, e Vanessa, que sempre estiveram ao meu lado, na realização de trabalhos e atividades durante o curso, além da turma da roda do tereré.

Agradeço a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul Unidade-Jardim, por proporcionar o curso de Geografia, e ao funcionário Marcos, que colaborou no momento em que tive necessidade de obter alguns livros, e de maneira pronta se dispôs a me ajudar,

Gostaria de agradecer aos funcionários da prefeitura municipal, senhora Bianca Monteiro, e ao senhor Luiz Carlos, que disponibilizou os documentos necessários para realização deste trabalho.

Aos meus colegas de serviço, da 11ºBPM de Jardim, que sempre estiveram ao meu lado em vários momentos em que precisei me ausentar do serviço, e ao Gabriel, que além de companheiro de serviço, e de curso, conseguiu superar as dificuldades existentes.

Aos meus Irmãos Dario, Maria, Laudenira, Claudete, Edimar, Edemir e Edilson, por fazer parte da minha vida e em especial aos meus pais Eduardo e Egidia a razão do meu existir.

À minha esposa Erenir e as minhas filhas Maria Eduarda e Ana Julia por existirem e fazerem parte da minha vida.

Agradeço ao professor Igor Ronyel, que esteve sempre disposto a sanar as dúvidas referentes ao meu trabalho, também à professora Ana Maria que sempre esteve disposta a ajudar através de livros.

Às Professoras, Gezeli Eberhard e Marilete Osmari que trabalharam com disciplinas relacionadas ao meu trabalho e a todos os professores do curso de Geografia UEMS, que dedicaram seu tempo a ensinar, e me ensinaram a ver com outro olhar esta ciência.

Ao professor Elvis dos Santos Mattos em especial, que se dispôs a me orientar desde os primeiros anos da minha vida acadêmica neste curso, e que não mediu esforços para sanar minhas dúvidas para lograr êxito neste curso/trabalho.

A todos que direta e indiretamente estiveram presente em minha caminhada acadêmica;

Muito obrigado!

EPÍGRAFE

Todos os espaços são geográficos porque são determinados pelo movimento da sociedade, da produção. Mas tanto a paisagem quanto o espaço resultam de movimentos superficiais e de fundo da sociedade, uma realidade de funcionamento unitário, um mosaico de relações, de formas, funções e sentidos.

(Milton Santos)

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO A PARTIR DE DIFERENTES USOS: UMA ANÁLISE DO PARQUE INDUSTRIAL DA CIDADE DE JARDIM-MS

RESUMO

O presente trabalho visa analisar o espaço urbano de Jardim-MS a partir da ótica de variadas formas de uso que se desdobram sobre o mesmo. Produto histórico de uma relação do homem com a natureza, o espaço urbano guarda/apresenta as formas e os usos que a sociedade lhe confere. Neste sentido, a paisagem urbana, como o espaço material contemporâneo, que se apresenta no plano do perceptível, por meio da visão, traz, contida em si, os processos que lhe deram sua forma atual. É através da contemplação deste momento presente da produção do espaço (paisagem urbana de Jardim-MS), que pudemos identificar diferenças nas formas de uso do mesmo. Usos, que além de resultados da produção do espaço, são organizados espacialmente por um ator bastante influente, o Estado. Este influi na lógica de organização e produção espacial, destinando suas ações a favorecer determinados atores produtores do urbano (proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários e promotores imobiliários) na forma de implantação de infraestrutura, de isenção de impostos, nas diretrizes que elabora, na doação de áreas para o desenvolvimento de atividades econômicas. Neste viés, o Poder Público municipal de Jardim-MS, destinou uma área da cidade especificamente para atividades industriais, favorecendo, assim, os proprietários dos meios de produção. Porém, outros usos, por outros atores, foram potencializados, o mais corrente, observado no entorno da referida área, foi a especulação imobiliária.

Palavras-chave: paisagem urbana; produção do espaço; organização espacial; usos do espaço; atividade industrial.

PRODUCTION OF URBAN SPACE FROM DIFFERENT USES: AN ANALYSIS OF INDUSTRIAL PARK CITY JARDIM/MS

ABSTRACT

This study aims to analyze the urban space of Jardim/MS from the perspective of various forms of use that unfold on it. Historical product of a man's relationship with nature, urban space keeps/presents the forms and uses that society gives. In this sense, the urban landscape, as space contemporary material, which is presented in terms of perceptible by sight, brings self-contained, the processes that gave it its current form. It is through the contemplation of this present time the production of space (urban landscape Jardim/MS), we could identify differences in ways of using it. Uses, which in addition to results from the production of space, are spatially organized by a very influential actor, the state. This affects the logic of organization and production space, intended their actions to favor certain actors of the urban producers (owners of the means of production, land owners and property developers) in the form of infrastructure deployment, tax exemption, which draws up guidelines on donation of land for the development of economic activities. This bias, the municipal government of Jardim/MS, allocated an area of town specifically for industrial activities, thus favoring the owners of the means of production. But, other uses by other actors, were made possible, the most current observed in the vicinity of that area was real estate speculation.

Keywords: urban landscape; production of space, spatial organization; uses of space; industrial activity

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Empresa localizada no Parque Industrial de Jardim-MS.....	18
Figura 2 – Empresa localizada no Parque Industrial de Jardim-MS.....	18
Figura 3 – Gráfico demonstrando o percentual da evolução populacional por zona, da década 1950-2010.....	21
Figura 4 – Inserção regional de Jardim, no Sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul.....	28
Figura 5 – Configuração urbana de Jardim-MS (2010). Em destaque (à esquerda) o Parque Industrial da cidade instituído em 2009.....	34
Figura 6 – Casas no loteamento Portal Sul, próximo ao Parque Industrial.....	37
Figura 7 – Placa de corretor de imóveis no loteamento Portal Sul.....	38
Figura 8 – Empresa instalada à frente do Parque Industrial.....	39
Figura 9 – Gráfico referente à infraestrutura das empresas pesquisadas.....	40
Figura 10 – Gráfico representando a satisfação quanto ao local de funcionamento da empresa	41
Figura 11 – Planta Urbana de Jardim-MS.....	43
Figura 12 – Gráfico representando as empresas que não arcam com impostos.....	45
Figura 13 – Mapa (elaborado pela equipe do Plano Diretor de Jardim) apresentando o zoneamento da cidade.....	47

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Síntese do total populacional, crescimento médio e grau de urbanização da região Centro Oeste de 1970-2000, incluindo os Estados de Rondônia e Tocantins, atualmente, pertencentes à região Norte.....	24
Tabela 2 – Taxa de urbanização no Mato Grosso do Sul e Jardim.....	33
Tabela 3 – Indústrias no Parque Industrial de Jardim-MS, seus ramos de produção e o mercado atendido.....	42
Tabela 4 - Indústrias fora do Parque Industrial de Jardim-MS, seus ramos de produção e o mercado atendido.....	44

LISTA DE SIGLAS

CER-3 – Comissão de Estradas e Rodagem nº 3

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano

JK – Juscelino Kubitschek

MS – Mato Grosso do Sul

PDP – Plano Diretor Participativo

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PRODECO – Programa de Desenvolvimento Econômico

SUDECO – Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste

ZAA – Zona de Abastecimento e Serviços de Apoio

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I: A PAISAGEM – BASE PARA DISCUSSÃO DO ESPAÇO URBANO.....	15
1.1 A produção do espaço urbano.....	15
1.2 Conceito de paisagem.....	16
1.3 Considerações sobre a urbanização brasileira.....	19
1.4 Considerações sobre a urbanização do Centro Oeste.....	23
1.5 O espaço sul mato-grossense e a cidade de Jardim-MS: algumas considerações.....	25
CAPÍTULO II: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO A PARTIR DE DIFERENTES USOS DO SOLO URBANO	30
2.1 O uso industrial de uma pequena parcela do urbano.....	31
CAPÍTULO III: ANÁLISE DA SITUAÇÃO INDUSTRIAL EM JARDIM-MS.....	40
3.1 O Plano Diretor e as atividades industriais.....	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	52
APÊNDICE.....	54
ANEXOS.....	59

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo analisar, identificar e discutir sobre o papel dos agentes produtores do espaço de Jardim-MS: proprietários fundiários, promotores imobiliários, proprietários dos meios de produção, grupos sociais excluídos e o Estado, quanto à atividade industrial exercida na cidade. Neste sentido, passamos a uma abordagem que parte de conceituações sobre a paisagem urbana para, a partir desta ótica, apresentar imagens relativas ao nosso objeto de estudo, identificado pelo o “olhar a cidade”.

De posse das conceituações de Souza (2011) e Carlos (2011) de que a paisagem é uma das faces do espaço, sendo a parcela material presente do mesmo, passaremos – considerando que a paisagem urbana é fruto do processo de produção do espaço – a discutir o processo de urbanização – pois este acarreta em mudanças significativas na dinâmica produtiva do espaço – desde a escala nacional, passando pela macrorregional (Centro Oeste brasileiro), até a escala sul-mato-grossense e finalmente de Jardim-MS. Nesta parte do trabalho apresentaremos apontamentos quanto às dinâmicas que comandaram este processo: industrialização de partes do território nacional e a inserção do Centro Oeste (conseqüentemente Mato Grosso do Sul e a região ao qual Jardim está inserido) na agropecuária moderna de cunho exportador, destacando nas duas lógicas o papel que o Estado brasileiro cumpriu nas aberturas econômicas para instalação de indústrias e nos programas de desenvolvimento de regiões do país. Para tal, propomos ainda, explicações quanto ao processo de estruturação territorial mato-grossense, sul-mato-grossense, para então, apontarmos notas sobre a produção/fundação do núcleo urbano de Jardim-MS.

Com base nestas argumentações, a serem apresentadas no Capítulo I “A Paisagem – Base para Discussão do Espaço Urbano”, passaremos a discutir sobre os diferenciados usos do espaço urbano, fundamentando-nos nas conceituações sobre este constante processo: a produção do espaço, relativizando o papel que cumpre determinados agentes nesta lógica que dá conformação a cidade. Outro ponto importante a ser apresentado nesta parte do texto (Capítulo II – Sobre os Diferenciados Usos do Espaço Urbano) diz respeito a importância do Estado na organização espacial da cidade, destinando boa parte de suas ações a favorecer determinados segmentos sociais.

Ainda no Capítulo II, argumentaremos sobre nosso objeto de estudo, analisando a lógica de produção do espaço de Jardim, para entender as dinâmicas resultaram na localização de determinadas atividades na cidade. Com auxílio de terceiros, utilizando-nos do *Software*

Corel Draw X5, organizamos uma Figura que apresenta nosso objeto de estudos, o Parque Industrial de Jardim.

Um ponto bastante importante constatado durante a pesquisa será apresentado também no Capítulo II. Discutiremos como a instalação do Parque Industrial, localizado no Sudoeste da cidade de Jardim, favoreceu na valorização imobiliária do entorno desta localidade. Para tal, apontaremos breves discussões sobre o papel que a terra adquire no Capitalismo, o de mercadoria, e como a ação de agentes produtores do espaço está se dando no entorno da referida área.

Com base em entrevista aos proprietários dos meios de produção de algumas empresas em Jardim, elaboramos o terceiro e último Capítulo - “Análise da Situação Industrial em Jardim-MS”. Nesta parte do texto passaremos à caracterização de algumas empresas referente à natureza de sua atividade, à sua localização (dentro ou fora do Parque Industrial), a infraestrutura da localidade onde se encontra, as vantagens promovidas pelo Poder Público para a mesma. Utilizando-nos do *Software Microsoft Office Excel 2010* elaboramos alguns gráficos que facilitam a visualização dos dados recolhidos durante a pesquisa.

O trabalho foi realizado através da pesquisa de campo, com levantamento quantitativo e qualitativo em forma de questionário, aplicado as empresas localizadas dentro e fora do parque industrial de Jardim-MS, totalizando cerca de 12 empresas, o levantamento foi realizado nos dias 17 e 18 do mês de Setembro do ano 2013. A pesquisa proporcionou deste modo o alcance dos resultados satisfatório neste trabalho.

Para finalizar o texto tratamos sobre discussões ao Plano Diretor Participativo de Jardim-MS quanto à atividade industrial exercida no município. Baseando-nos em dois documentos elaborados pela equipe do Plano Diretor, discutiremos as pretensões e diretrizes do Poder Público para com a atividade industrial em determinadas áreas da cidade, definidas por meio de uma proposta de zoneamento da mesma.

CAPÍTULO I – A PAISAGEM – BASE PARA DISCUSSÃO DO ESPAÇO URBANO

1.1. A produção do espaço urbano

Se vamos falar sobre a paisagem, temos primeiramente considerar o processo que dá origem a esta face material do espaço (SOUZA, 2011). Assim, trataremos de início sobre o processo de produção do espaço, tendo como ótica a análise da cidade, estamos nos referindo à produção do espaço urbano. Passemos então a sua conceituação.

Segundo Corrêa (2004) o espaço urbano é

[...] o conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. Tais usos definem áreas, como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviço e de gestão; áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo social; áreas de lazer; e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão. Este complexo de conjunto de usos da terra é, em realidade, a *organização espacial* da cidade ou, simplesmente, o espaço urbano fragmentado. (p.7)

Em outro ponto o autor ressalta:

Eis o que é espaço urbano: fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas. É assim a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais. (2004, p.9)

Podemos analisar o espaço urbano, também, como um conjunto de pontos, linhas e áreas. A forma de ocupação e apropriação do espaço urbano dentro de uma cidade leva em conta as funções que estes exercem e os processos que os fazem se estruturar dentro de um determinado espaço, segundo suas funções urbanas, como uma forma de análise dos modos e dos conflitos espaciais existentes no meio urbano. (CORRÊA, 2004)

As cidades são, atualmente, a expressão da sociedade contemporânea, que através dos processos de desenvolvimento tem suas paisagens construídas. Isso se dá através dos fluxos de mercadorias, pessoas, informações e ideias, e de acordo com sua estruturação territorial, transformando o espaço urbano, passando assim, a dar um sentido mais amplo a cidade. As cidades para Sposito (1993) traduzem e proporcionam todo movimento que dá sentido ao processo de desenvolvimento de nossa história social, em cujo contexto construímos nosso cotidiano.

Podemos analisar a cidade como uma concentração de variados tipos e ramos de atividades, que se desenrolam sobre este espaço, resultado das relações do homem (enquanto sociedade) com a natureza durante uma série de gerações (CARLOS, 2011), onde se revelam

as contradições existentes no meio urbano que, incide diretamente na sociedade local. Segundo Sposito:

[...] A cidade é natureza transformada, domada, destruída (o prédio que se ergue, a árvore que se corta, a terra que se recobre de asfalto) [...]. Assim a cidade é o lugar do trabalho [...], do lazer [...], do consumo [...], é o lugar de ir e vir [...], das funções [...], da riqueza e da pobreza [...], da transformação e revolução [...], da diversidade e da contradição [...]. (1993, p. 61-62).

De posse destas conceituações da cidade (enquanto espaço perceptível/vivido) e do urbano (processo em construção), podemos discutir sobre a face material do espaço e da cidade, o qual damos o nome de paisagem, e que a ciência geográfica tomou como conceito de suma importância.

1.2. Conceito de paisagem

A paisagem, uma das faces do espaço urbano, é transformada e modificada na medida em que o homem insere em seu meio as mais diversas formas de edificação, seja de prédios, como estabelecimentos comerciais e residenciais, ou até mesmo, com o surgimento de praças e jardins. A paisagem é tudo aquilo que é visto pelo homem, perceptivo, visível, seja natural ou artificial que também se modifica conforme a atuação humana, e através da paisagem produzida pelo homem o espaço se produz e se reproduz, criando assim os diversos níveis de forças produtivas. Para Milton Santos (1988, p.64) “A paisagem artificial é a paisagem transformada pelo homem, enquanto grosseiramente podemos dizer que a paisagem natural é aquela ainda não mudada pelo esforço humano”.

Perseguindo as ideias do autor o mesmo argumenta:

Tudo aquilo que nós vemos, que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc. (1988, p. 61)

Dentro da cidade, como é o caso das áreas destinadas à construção de indústrias, a paisagem tende a ser homogênea quando se trata de aglomerações, pois o que se vê é uma grande concentração de indústrias, já a paisagem de cidades pequenas, no que se refere à área industrial se torna heterogênea, sendo fragmentadas em áreas distintas da cidade, pois sua distribuição não esta totalmente definida dentro do espaço urbano.

Ainda segundo Milton Santos:

A paisagem é o conjunto de objetos que nosso corpo alcança e identifica. O jardim, a rua, o conjunto de casas que temos à nossa frente, como simples pedestre. Uma fração mais extensa de espaço que nossa vista alcança do alto

de um edifício. O que vemos de um avião que voa a 1.000 m de altura é paisagem, como a que apreendemos numa extensão ainda mais vasta, quando de uma altura maior. A paisagem é o nosso horizonte, estejamos onde estivermos. (1988, p.84)

Em outro ponto o autor discute:

O espaço seria um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos; não entre estes especificamente, mas para as quais eles servem de intermediários. Os objetos ajudam a concretizar uma série de relações. O espaço é resultado da ação dos homens no próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais. (SANTOS, 1988, p.71)

Dentro do espaço urbano, de qualquer cidade brasileira, é fácil notar as mais variadas formas de paisagem, ou seja, diferentes paisagens em um espaço urbano seja ela natural ou transformada pelo homem: são praças, casas, comércios, indústrias, vazios urbanos, etc. As formas existentes se apresentam com um contraste ao olhar do indivíduo, na medida em que se faz o deslocamento dentro do espaço urbano nota-se a transformação feita pelo homem. A paisagem da zona periférica se contrasta com a dos bairros localizados em áreas dos chamados centros, pois apresentam diferenças em relação ao acesso aos serviços sociais necessários à população, submetendo assim, a parcela da população com menor poder aquisitivo a uma vida de precariedade. A escassez e precariedade destes locais podem ser percebidas na ínfima quantidade e qualidade de serviços como: abastecimento de água tratada, saúde, educação, lazer, moradia, etc., ou seja, são poucos servidos da infraestrutura, com isso a periferia se torna o destino frequente dos pobres. Como morar na periferia é, na maioria das cidades brasileiras o destino dos pobres, eles estão condenados a não dispor de serviços sociais ou utilizá-los precariamente, ainda que pagando por eles preços extorsivos. (SANTOS, 1988)

A importância de falarmos em paisagem neste trabalho é que este conceito da Geografia se apresenta como o espaço material presente. É através da observação desta face material do espaço, que conseguimos apreender, mesmo que superficialmente, as dinâmicas/ usos que se desenrolam sobre o espaço urbano. Desse modo, podemos comparar a paisagem de um bairro da cidade – composto de casas/residências/moradias dispostas lado a lado, distribuídas em quarteirões que são cortados por ruas, onde verificamos também terrenos vazios, crianças brincando, pessoas conversando com seus vizinhos –, com a paisagem do centro – onde se concentram os comércios, lojas com suas vitrines chamando às compras, calçadas espaçosas, pessoas num vai e vem contínuo–indicando as diferenças no uso do espaço, a vida que anima a paisagem. (SANTOS, 1988)

Atendo-nos ainda à paisagem, nas Figura 1 e 2 podemos identificar duas materialidades, localizadas na porção Sudoeste da cidade de Jardim, numa área denominada Parque Industrial. Observando-as podemos notar que contam com rede de energia elétrica, espaço considerável dentro de um quarteirão, e uma arquitetura que nos indica que não se tratam de residências ou lojas.



Figura 1. Empresa localizada no Parque Industrial de Jardim-MS
Fonte: RICARDI, E. Pesquisa de Campo, 2013.



Figura 2. Empresa localizada no Parque Industrial de Jardim-MS
Fonte: RICARDI, E. Pesquisa de Campo, 2013.

Só pelo olhar, podemos entender que a Figura 1 trata-se de uma fábrica de reboques (é o que está estampado em sua fachada), tendo um uso industrial. A Figura 2, por sua vez,

apresenta um estabelecimento em que a disposição de seus prédios, e a dimensão do prédio à esquerda (se tratando de uma manufatura de arroz), apresentam-se com um uso industrial.

Tal área, e seu entorno, será objeto de nossas análises. Buscaremos responder o porquê, na lógica da organização espacial, estes empreendimentos localizam-se ali. Para tal, temos de fazer um resgate histórico, que explique as dinâmicas da urbanização, desde uma escala nacional, regional, local. Deste modo, a paisagem – como o espaço material atual – guarda um histórico, que se revela cheio de dinâmicas relativas ao processo de produção da cidade, por meio de agentes que estabelecem diferenciadas formas de uso no mesmo. Passemos então, a argumentação quanto aos processos de urbanização, para posteriormente abordarmos as dinâmicas relativas à produção do espaço.

1.3. Considerações sobre a urbanização brasileira

De acordo com Sposito (1994, p.64), “[...] o conceito de urbanização contém, para nós, a ideia de processo [...]”. Processo este que se dá através da origem e evolução das cidades, e se segue segundo as transformações de ordem política e socioeconômico, que ocorrem numa determinada porção do espaço. Mas é preciso conhecer as relações das vivências existente neste meio, para isto é necessário um estudo das dinâmicas destes processos, como é o caso das transformações de ocorrem com o advento capitalismo.

Sposito deixa explícita a importância do processo histórico da urbanização dizendo:

Analisar o processo histórico da urbanização é analisar as sociedades humanas, e entender a cidade contextualizada historicamente [...] A cidade como forma concreta não é apenas uma paisagem estática, mas condições/manifestações/materialização do processo de urbanização. (1993, p. 62)

Nas décadas de 30 e 40 do século XX, é que foi possível perceber as transformações estruturais e econômicas que ocorreram na sociedade brasileira. O processo de urbanização faz com que a população brasileira se torne cada vez mais urbana, isso acontece pelo fato de o urbano apresentar as condições necessárias para o processo de migração interno que ocorreu no período apresentado. A partir da década de 1940, o processo de urbanização brasileira, apresenta-se como um processo qualitativo de mudança estrutural, proporcionando alteração no padrão da sociedade, por meio da intensificação do processo de industrialização e, conseqüentemente, da concentração urbana. Segundo Brito *et al* (2008), “As migrações internas faziam o elo maior entre as mudanças estruturais que passavam a sociedade e a economia brasileira e a aceleração do processo de urbanização”.(p.2)

Existem dados estimativos, sem comprovação oficial, que apontam uma população urbana no Brasil no final do Império (1890) com 6,8% para o início da República (1920) já com 16,55%, 4.552.000 habitantes nas cidades e nas vilas mais próximas, de um universo de 27.500.000 brasileiros. A Região Centro-Oeste tinha apenas uma cidade com mais de 20.000 habitantes, a capital de Mato Grosso, Cuiabá. (ROCHA, 2006, p.2)

A expansão da economia cafeeira, seguido de um expressivo surto da industrialização, ampliou as relações entre as regiões brasileiras. O expressivo crescimento da população brasileira se deu na região Sudeste, a região Centro Oeste teve seu processo de urbanização mais tardia. Isto não quer dizer que as cidades já não fizessem parte da paisagem social do país desde o período colonial, apesar da sua restrita dimensão demográfica. Brito *et al* (2008) afirmam que na República Velha (1889-1930), com a grande expansão da economia cafeeira e com o primeiro e expressivo surto de industrialização, se ampliaram as relações mercantis entre as diferentes regiões.

O grande ciclo de expansão da urbanização no Brasil é relativamente recente. O seu início se articula com um conjunto de mudanças estruturais na economia e na sociedade brasileira, a partir da década de trinta do século vinte. Vale lembrar que foi somente em 1970, há pouco mais de 30 anos, que os dados censitários revelaram, no Brasil, uma população urbana superior à rural. (BRITO *et al*, 2008, p.1)

O processo de urbanização brasileira tem um ciclo de expansão recente, reafirmando que as mudanças estruturais na economia e na sociedade brasileira começam a partir da década de 30 do século XX, assim mas em relação ao maior quantitativo de pessoas morando no urbano, ou seja, dentro das cidades é ainda mais recente, o urbano ganha cada vez mais importância, principalmente por parte de estudiosos que buscam nas áreas urbanas os meios necessários para realização de pesquisas para o desenvolvimento do espaço urbano local, regional, e mundial.

O Estado brasileiro, na época (1956-1960) do governo JK (Juscelino Kubitscheck) e dos governos militares (1964-1985), proporcionou condições para investimentos estrangeiros, através das aberturas econômicas e instalação de unidades industriais. Sposito (1993, p.65) justifica “[...] as cidades não são mais o espaço do poder político-comercial e o espaço da produção industrial e do seu consumo, mas também o lugar da reprodução financeira do capital [...]”. Assim o Brasil se prepara para integrar-se a produção industrial capitalista, passando a ser urbano-industrial, meio de vivência/sobrevivência da força de trabalho.

Nas décadas de 1970 e 1980 se deu o auge do processo de urbanização brasileira, onde podemos observar que mais da metade da população passou a morar nas cidades, mesmo

que este percentual seja maior nos grandes centros nas regiões metropolitanas, as cidades menores também tinham a sua importância no desenvolvimento populacional, com grande representatividade neste processo.

No auge do processo de concentração urbana, em 1970 e 1980, quase a metade da população urbana residia nas aglomerações metropolitanas e cerca de 34,1 e 31,1%, respectivamente, nos núcleos destas aglomerações. A comparação entre as cidades metropolitanas e as não metropolitanas revela, nestas últimas, a grande importância das cidades menores que 20 mil habitantes, onde residiam em 1970 e 1980, respectivamente, cerca de um quarto e um quinto da população urbana do país. Entretanto, ao longo do tempo, sua participação relativa vem apresentando tendência decrescente em favor das cidades maiores. Por outro lado, observa-se que a maioria da população que vive nos aglomerados metropolitanos reside em cidades com mais de 100 mil habitantes. (BRITO *et al*, 2008, p.7)

A Figura 3 mostra a evolução da população urbana brasileira em detrimento à população rural. Como podemos analisar em 1950 a parcela da população que vivia nas cidades era inferior àqueles que moravam no campo, na década de 1970 a situação já se inverte, onde verificamos uma taxa de urbanização de 55% no Brasil, nas décadas que sucedem, o crescimento é vertiginoso, com destaque para a década de 2000, onde a população urbana atinge um índice superior a 80%.

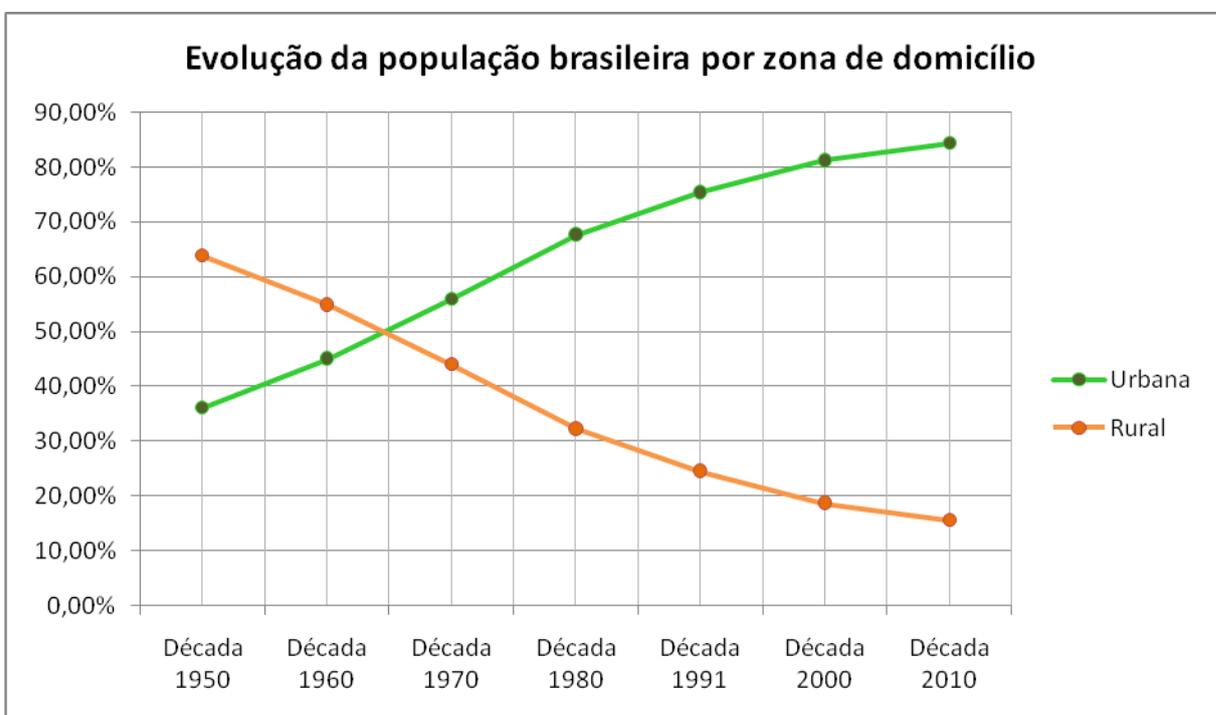


Figura 3. Gráfico demonstrando o percentual da evolução populacional por zona, da década 1950-2010.

Fonte: IBGE, 2013.

Org: RICARDI, 2013.

Os fatores que desencadearam tal processo de urbanização podem ser creditados primeiramente (meados do século XX) à industrialização do Sudeste e consequente êxodo rural; em um outro momento (anos 70 em diante) temos a modernização do campo, com a substituição da mão de obra pelos aparatos tecnológicos, resultando no êxodo rural na região Centro-Oeste, por exemplo. (ABREU, 2001)

Sposito afirma, ainda, existirem dois momentos históricos no Brasil, em relação ao processo de urbanização, o primeiro momento se dá antes das indústrias que, “[...] a chegada dos portugueses bastou para modificar este quadro, porque foi o primeiro passo do processo de articulação, e integração do território brasileiro [...]” (1993, p.63), instalando-se em áreas litorâneas, com o caráter político administrativo.

Com relação a este processo, afirma a autora:

A urbanização brasileira iniciou-se primeiramente com a fundação das primeiras cidades, todas elas litorâneas, como para mostrar que o Estado colonial português cá estava para controlar este território. O caráter político destas cidades expressava-se em suas múltiplas funções administrativas e burocráticas. (SPOSITO, 1993, p.63)

O segundo momento histórico se dá com o advento da indústria no Brasil que acentua maciçamente a urbanização, imputando ritmos de crescimento ainda maiores, onde a população urbana brasileira passou por uma verdadeira explosão de crescimento populacional. Assim, afirma Sposito: “[...] em 1950 36% da população brasileira morava nas cidades, em 1970 este percentual era de 50%, e atualmente é de 75% [...]” (1993, p.64). Isso só foi possível pelo fato da instalação das indústrias no meio urbano, em locais estratégicos, como é o caso das áreas litorâneas do Brasil. Conforme a autora: “Explicar nossa urbanização, via industrialização, é apenas reforçar a idéia já clara, de que o desenvolvimento industrial mais que propiciar o crescimento do número de cidades, redefiniu o eixo da nossa urbanização.” (SPOSITO, 1993, p.64).

O espaço urbano brasileiro tem uma característica marcante no diz respeito ao quantitativo da população, ou seja, há cada vez mais, e em um maior número, pessoas morando no meio urbano, utilizando dos bens de consumo que só o urbano pode fornecer. O processo de urbanização brasileira se deu através de vários ciclos e variáveis que se definem nas contradições existentes entre o meio urbano e rural.

Passemos, agora, a apontar considerações sobre a região Centro-Oeste do país, pois nosso objeto de estudo – Jardim-MS – localiza-se na porção territorial Sudoeste do Mato Grosso do Sul, que se encontra localizada na porção Centro-Oeste.

1.4. Considerações sobre a urbanização da Região Centro Oeste

O processo de ocupação/apropriação territorial no Centro Oeste se iniciou através da mineração na região de Cuiabá, e também com a agropecuária extensiva que existia no antigo Mato Grosso. Podemos dizer que a busca pelo ouro impulsionou a ocupação do Centro Oeste brasileiro, que em primeiro momento se deu as margens dos rios, pois estes eram os únicos meios de transportes do minério na época (século XVIII).

Abreu dialogando com as ideias de Bertran (1988) argumenta:

A atividade de mineração iniciava o povoamento regular do Mato Grosso, assim como do Oeste brasileiro, provocando um fluxo migratório para a região. Todavia, já se encontrava em declínio em meados do século XVIII, embora, segundo Bertran (1988, p.27) seja justamente após 1750 que se daria o assentamento definitivo da vida urbana na região. (2001, p.45)

Vale ressaltar que o processo de ocupação do Oeste brasileiro, já no século XX, se deu por meio de intervenções políticas, em um primeiro momento no governo Vargas, através da “Marcha para Oeste”, e em outro período por meio de programas de desenvolvimento da região, criado pelos governos militares, com objetivo de coordenar e concentrar a ação do governo na região Centro Oeste. Pode-se considerar que a Superintendência do Desenvolvimento do Centro Oeste (SUDECO) foi uma das principais ferramentas do governo federal na organização espacial da região, durante as décadas de 1970/1980, impulsionando, através da modernização do campo (maquinários, insumos, créditos), o êxodo rural, e consequentemente a urbanização da região. (ABREU, 2001)

A região Centro Oeste possui uma economia essencialmente voltada para agropecuária, com uma urbanização tardia com relação ao Sudeste do país, contando ainda com extensas áreas de matas e florestas. Estas características formam o retrato da sua diversidade demográfica e ambiental, que são capazes de explicar seu dinamismo econômico nos últimos anos. Na década de 60, a região Centro Oeste passou por um processo de modificação de sua estrutura produtiva, impulsionada pela ação estatal através dos programas de incentivo à modernização agropecuária e integração da região aos outros mercados, elementos que tiveram importantes consequências em sua dinâmica demográfica e no processo de redistribuição espacial da população. (ABREU, 2001)

A Tabela 1 mostra a evolução gradativa da população do Centro Oeste em seu crescimento médio, bem como o grau de urbanização do período dos anos de 1970 a 2000, o nível de crescimento da urbanização se deu pelo fato de existir a modernização da agricultura,

o que acabou impulsionando as pessoas a se deslocarem para o meio urbano, em busca de novas oportunidades. O que chama a atenção, relativo ao grau de urbanização, é que de 1970 a 1991 houve um aumento da taxa em quase 30%, totalizando em mais de 3/4 da população vivendo nas cidades do Centro Oeste neste período.

Tabela 1: Síntese do total populacional, crescimento médio e grau de urbanização da região Centro Oeste de 1970-2000, incluindo os Estados de Rondônia e Tocantins, atualmente, pertencentes à região Norte.

Região Centro-Oeste Ampliada – 1970-2000											
Estados	População				Taxa de crescimento (% a.a.)			Grau de urbanização (%)			
	1970	1980	1991	2000	1970/80	1980/90	1991/2000	1970	1980	1991	2000
Distrito Federal	537.492	1.176.935	1.598.415	2.043.169	8,15	2,82	2,77	96	96,8	94,7	95,7
Goiás	2.414.325	3.125.354	4.012.562	4.994.897	2,61	2,3	2,46	45,9	67,5	80,8	87,9
Mato Grosso	598.879	1.134.230	2.022.524	2.498.150	6,59	5,4	2,37	38,8	57,7	73,3	79,4
Mato Grosso do Sul	998.211	1.393.019	1.778.741	2.075.275	3,39	2,25	1,73	45,3	66,8	79,4	84,1
Rondônia	111.064	491.069	1.130.874	1.377.792	16,03	7,88	2,22	53,3	46,5	58,2	64,1
Tocantins	516.447	743.750	920.116	1.155.251	3,71	1,95	2,56	24,8	40,1	57,7	74,3
Total	5.178.418	8.064.357	11.463.232	14.144.534	4,53	3,25	2,36	48,2	66,5	77,1	83,5

Fonte: CUNHA, 2006.

Adaptado: RICARDI, 2013.

Outros fatores contribuíram para que o Centro Oeste impulsionasse seu processo de urbanização, passando então a fazer parte do cenário nacional em termos de crescimento populacional bem acentuado destacamos:

Dentro desta lógica de crescimento, destaca-se também a região Centro Oeste, principalmente nos períodos de 1950 a 1980, quando sua participação, cresce de 3,3% a 6,3%. Ou seja, a região Centro-Oeste que em 1900 apresentava 2,1% no total da população nacional, apresenta, no final do século, 6,8%, ou seja, mais que triplica sua participação nacional. (SILVA, 2011, p.32)

Além disso, podemos dizer que, no então Mato Grosso houveram programas que foram criados por parte do governo de Getúlio Vargas, com intuito povoamento e ocupação, mas principalmente como forma de manter a soberania territorial brasileira. Assim, no Centro Oeste, por intermédio do Governo Vargas criaram-se os programas de colonização como a “Marcha para Oeste”, e posteriormente, segundo Abreu (2001, p.57) criou mais dois projetos de colonização: “[...] a Colônia Agrícola nacional de Goiás, em Ceres (GO), 1941, e a colônia

Agrícola nacional de Dourados (então Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul), em 1943”. O projeto de colonização proporcionou uma rápida vinda do homem de outras regiões do país para o sul de Mato Grosso, e com o processo de modernização do campo tiveram que migrar para a cidade devida à falta de condições para que permanecessem na terra.

Ainda segundo Abreu:

Nesse sentido, esse projeto de colonização preconizado como um, “projeto social”, se atraiu o pequeno agricultor, não proporcionou condições para que ele permanecesse na terra, expulsando-o, da mesma forma, do campo, normalmente para os centros urbanos (para viver como boias frias) ou ainda para outras fronteiras. (2001, p.59)

O crescimento populacional e a urbanização ocorreram mediante mudanças significativas nos aspectos de infraestrutura, propiciados pelos programas de desenvolvimento regional de Mato Grosso, pautado pelo acesso a recursos com vistas à modernização do meio rural e urbano. Na década de 1970, teve início a expansão e a melhoria do sistema viário estadual, o que viabilizou a interiorização da população, a intensificação das atividades agropecuárias e a expansão da infraestrutura física e social no meio urbano. (ABREU, 2001)

Pautando-nos nas argumentações acima, passemos a tratar do espaço sul-mato-grossense, ou se preferir, a porção territorial do Mato Grosso do Sul, que até 1977 fazia parte do Mato Grosso.

1.5. O espaço sul mato-grossense e a cidade de Jardim-MS: algumas considerações

A ocupação/apropriação territorial do sul de Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul) se deu praticamente da mesma forma de sua porção norte (atual Mato Grosso) se levarmos em conta o âmbito dos projetos de ocupação por parte do Governo Federal. Porém, vale ressaltar que imperava no sul do antigo Mato Grosso a Companhia Matte Laranjeira, que juntamente com a criação do gado, teve um papel expressivo na fronteira demográfica brasileira, caracterizando a região como um “grande vazio”, possibilitando, apenas, o surgimento de pequenos povoados nesta porção territorial. Segundo Abreu:

A companhia Matte Laranjeira, por sua vez, teve um papel expressivo na ocupação da fronteira oeste brasileira, influenciando o surgimento de povoados e pequenos trechos de vias de transportes rodoviários e ferroviários para o escoamento do produto (2001, p.48)

A construção da Ferrovia Noroeste do Brasil que liga o Estado de São Paulo a cidade de Corumbá, passando por Campo Grande, teve um papel muito importante para a região, pois possibilitou também o surgimento de povoados em seu trecho. Porém, temos de atentar

que os principais povoados surgiram às margens de rios, principalmente o Rio Paraguai como é o caso de Corumbá. A mudança provocada pelo transporte ferroviário se deu em razão da preocupação por parte do governo federal no sentido de manutenção das fronteiras, isso levou o governo a tomar uma decisão, assim como relata Abreu (2001), essa preocupação levou o governo a negar a concessão de terras devolutas a requerente Matte Laranjeiras, que eram os arrendatários de toda porção extremo sul do então Mato Grosso.

O governo passou a favorecer a instalação de pequenas propriedades na faixa fronteiriça de até 150 km de extensão. A Ferrovia Noroeste do Brasil serviu, para a integração do Oeste brasileiro, como uma mola propulsora para o processo de migração para a região, pois possibilitou já no início do século XX, antes de 1930 que alguns povoados passassem a ser considerados municípios, na região do atual Mato Grosso do Sul. (ABREU, 2001)

Assim argumenta a autora:

[...] o Sul mato-grossense, em 1920, já comportava mais da metade da população do antigo estado, fato que contribuía para formação de mais povoados e o fortalecimento de outros, que se tornaram municípios até 1930. É o caso de Aquidauana, Campo Grande, Nioaque, Bela Vista, Entre Rios (Rio Brillhante), Maracaju, Ponta Porã e Porto Murtinho. (p. 53)

É Neste sentido que o Mato Grosso do Sul inicia sua ocupação e conseqüentemente a base para seu processo de urbanização, que se torna mais acentuada na região com os projetos de colonização, que influenciou no surgimento de novas cidades, contribuindo, deste modo, para a urbanização de vários pontos do território Sul Mato-Grossense.

O município de Jardim-MS surge em decorrência das intervenções estatais na porção Sudoeste do Mato Grosso do Sul (antes Mato Grosso), que através de projetos políticos alterou a dinâmica socioeconômica do desta porção territorial.

Para tratar sobre como se deu o processo de produção do espaço urbano de Jardim-MS, é necessário recorrer aos processos históricos que fizeram com que a cidade se urbanizasse, passando a “abrigar” em seu meio a população/sociedade que juntamente com o Estado, imprimiu suas modificações sobre esta porção do espaço, que se encontra na região Sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul.

A cidade de Jardim tem seu processo de ocupação principiado pelas políticas de colonização e desenvolvimento do Governo Getúlio Vargas. Fazendo uma recapitulação: a ocupação/apropriação desta porção territorial no qual localiza-se Jardim, tem seu processo histórico de ocupação voltado à busca pelo ouro no Norte do antigo Mato Grosso no século

XVIII; ao sul deste território, já no século XIX pós o conflito platino¹, estabeleceu-se o domínio extrativo da erva mate, que “dividia” espaços com os criadores de gado, estabelecidos na porção Sudoeste, onde Jardim foi fundada, posteriormente no século XX; ainda podemos citar a importância da colonização com o programa do Governo chamado “Marcha para Oeste”, que inseriu pequenos proprietários de terras na região, possibilitando a ocupação do território do atual Mato Grosso do Sul.

Segundo Gomes:

Tal posição permanecerá até início do século XX, todavia com a ascensão de Vargas ao governo federal em 1937, as políticas de integração do território, fizeram com que a situação se alterasse. Através do discurso de “Marcha para Oeste”, visando à integração do território nacional, foram implementadas políticas de ocupação dos vazios demográficos do território brasileiro. (2012, p.28).

Podemos apontar baseado em Gomes (2012) que a política de aberturas de rodovias, ligadas às políticas de consolidação do território brasileiro, foi de suma importância para a gênese de Jardim-MS. Neste viés, por volta do ano de 1934, surgiu a necessidade da construção de uma rodovia que ligasse o município de Aquidauana a Porto Murtinho e Bela Vista, ambos na fronteira com o Paraguai.

Ainda segundo Gomes “A necessidade de interligação entre os dois municípios, fez com que se mobilizassem recursos para a construção de uma rodovia, em 1938, interligando os dois municípios, e também Bela Vista, na fronteira com o Paraguai.” (2012, p.30).

Jardim-MS tem seu processo de produção ligado à instalação do 6º Batalhão de Engenharia do Exército Brasileiro, que se instalou nas margens do Rio Miranda. A Comissão de Estradas de Rodagem nº 3 encaminhou-se para a região, onde o Major Alberto Rodrigues da Costa, 1º Comandante da CER-3, decidiu pela compra de parte da Fazenda Jardim. Na época foram adquiridos 39 hectares de terras da Fazenda Jardim, cujo proprietário era Fábio Martins Barbosa. A escolha do local se deu a partir de considerações sobre a continuidade das obras do batalhão e da já existência do vilarejo de Guia Lopes (onde hoje é a cidade de Guia Lopes da Laguna) na margem direita do Rio Miranda, ficando acertada então a ocupação da margem esquerda do rio. (LIMA, 2006)

¹ Em algumas fontes como Lima (2006), no site da prefeitura municipal de Jardim, e no Plano Diretor Participativo de Jardim-MS, encontramos um histórico de Jardim, que dá fundamental importância para a Guerra do Paraguai. Afirmando que a história do município está diretamente ligada à Guerra da Tríplice Aliança, tendo ali ocorrido a Retirada da Laguna, que pode ser considerada como a atuação mais brilhante do Exército Brasileiro em toda a Guerra da Tríplice Aliança.

Deste modo, o núcleo urbano de Jardim é fundado, iniciando sua produção urbana a partir do acampamento da CER-3 (onde hoje esta localizada a Quarta Companhia de Combate Mecanizado) e da Vila Jardim (parte do atual centro da cidade). Vale ressaltar que o município de Jardim localiza-se na macrorregião Centro Oeste do território brasileiro (latitude: 21° 28" 49" e longitude: 56° 08" 17"), na microrregião da Serra da Bodoquena, e também a região de planejamento estatal Sudoeste do Mato Grosso do Sul. (JARDIM, 2011)

Jardim está localizada cerca de 239 km da capital Campo Grande. Os municípios vizinhos são: ao norte Bodoquena e Bodoquena, ao Sul Bela Vista e a leste Guia Lopes da Laguna e Nioaque a oeste Caracol e Porto Murtinho² (Figura 4).

A população total do município é de 24.363 habitantes, de acordo com os dados oficiais do IBGE – Censo 2010. A área municipal é de 2.202 km² representando 1,08% da população do Estado. O município de Jardim é composto pelas seguintes localidades: sede municipal, distrito do Boqueirão, dois assentamentos do INCRA – Guardinha e Recanto do Rio Miranda e um loteamento fora do perímetro urbano da sede – o Quero-Quero. (JARDIM, 2011)

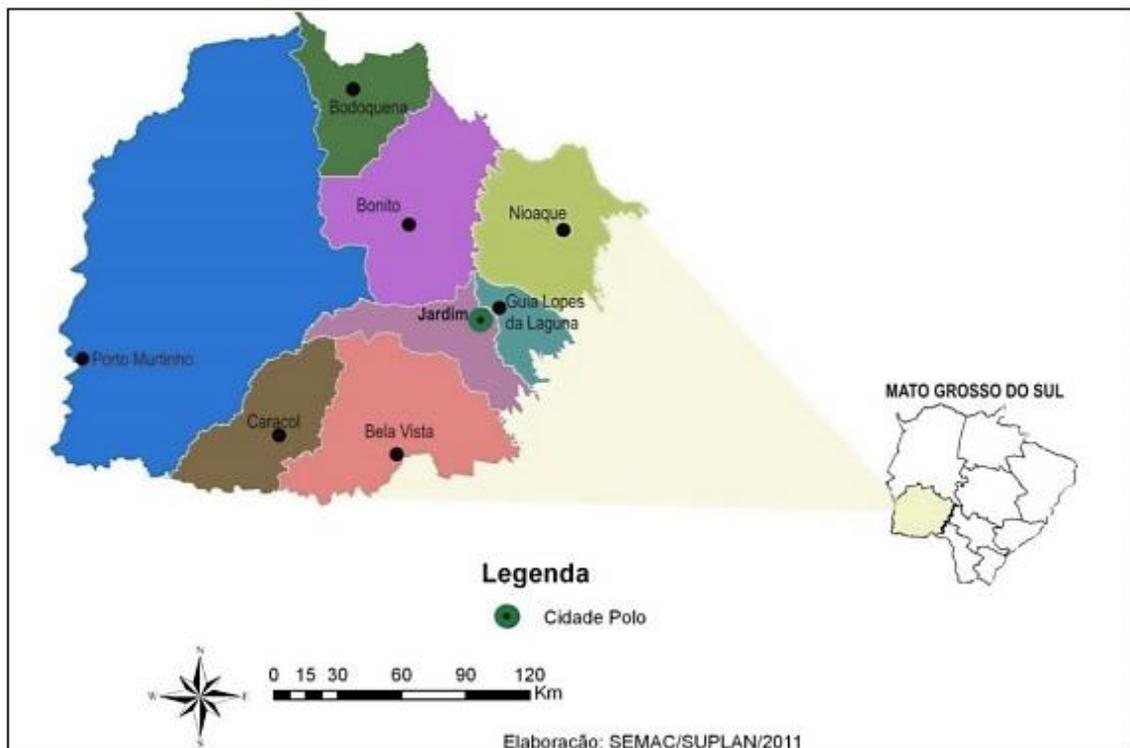


Figura 4. Inserção regional de Jardim, no Sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul
Fonte: MATO GROSSO DO SUL, 2011.

² JARDIM, 2011.

Tornando a nos referir ao histórico de produção espacial de Jardim-MS: seus primeiros moradores foram os operários encarregados da construção da rodovia. Esta parcela da população, juntamente com a intervenção estatal, iniciou o processo de produção do espaço urbano de Jardim. O contingente populacional da cidade foi acrescido de algumas centenas de migrantes, oriundos das frentes de ocupação, deste modo, o Jardim então distrito de Bela Vista, tem sua emancipação político-administrativa em 1953. (GOMES, 2012)

Almeida (2005) citado por Gomes (2012), esclarece que

Como contribuição das frentes pioneiras ocorridas nos anos 1950 e 1960 várias localidades adquiriu o status de município e houve o crescimento do contingente populacional urbano. Nessa época na porção ocidental do Estado de Mato Grosso do Sul, nasceram os municípios de Guia Lopes da Laguna, Jardim, Jaraguari, Terenos, Sidrolândia, Rio Verde de Mato Grosso, Rio Negro, Anastácio, Caracol, Bandeirantes, Corguinho, Pedro Gomes e Antônio João. (p.30-31)

Jardim-MS emancipado em 1953 de Bela Vista, passa a abrigar a população, que cresceu logicamente nas décadas posteriores, que juntamente com a ação do Estado, irão comandar a produção do espaço da cidade, desdobrando uma série de diferenciados interesses e usos ao espaço urbano da mesma. Através da ação destes agentes, conheceremos a criação de vilas, bairros, praças, ruas, etc, lugares que serão palco da sobreposição ou interposição de usos de um segmento da sociedade sobre o outro.

Nesse sentido, entender os diferentes usos do e no espaço urbano de Jardim, nos auxilia a compreender como se dá a organização espacial da cidade, com suas aglomerações, articulações e fragmentações (CORRÊA, 2004). Tais usos são mediados pelo valor de troca que a terra adquire sob o Capitalismo. Assim, todos os interesses, dos diferentes agentes produtores do espaço, passam, necessariamente, pela análise da terra como mercadoria. Adiante nos ateremos sobre os diferentes usos da terra urbana, bem como o papel dos agentes que produzem o espaço urbano, sob a lógica capitalista da terra como mercadoria.

CAPÍTULO II – A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO A PARTIR DE DIFERENTES USOS DO SOLO URBANO

A produção espacial da cidade pode ser percebida, segundo Corrêa (2004), pelas diversas formas de uso que ocorrem no espaço urbano. Temos usos residenciais, produtivos, administrativos, de lazer, deslocamento, entre outros. Tais usos giram em torno de um atributo que a terra urbana adquire no Capitalismo, o de mercadoria (RODRIGUES, 1988).

À terra como mercadoria, trataremos mais a frente, porém cabe relativizar sua importância no âmbito da produção do espaço, pois todas as ações dos agentes que produzem o espaço são mediados por esta característica que a terra adquire no Capitalismo. Assim, se torna importante falar da produção do espaço levando em consideração o modelo capitalista de produção.

Em um primeiro momento, podemos falar em produção do espaço a partir do ponto em que o homem interage com o meio, pela necessidade de retirar da natureza os elementos necessários à sua sobrevivência, interferindo diretamente na mesma. A intervenção tem efeitos que se seguem com a organização do trabalho coletivo, implicando assim na divisão social do trabalho, através dos inúmeros meios de produção existentes, como é o caso das fábricas e indústrias, e desta forma acentuando ainda mais as relações sociais. Corrêa argumenta:

A partir das necessidades do homem em termos de fome, sede e frio, que verifica-se uma ação de intervenção na natureza, de caráter social, envolvendo um trabalho organizado coletivamente, implica uma certa divisão do trabalho e a definição do quê, quanto e como será a produção, e ainda que jeito reparti-la. Surgem então relações sociais que têm sua essência na produção. É no trabalho social que os homens estabelecem relações entre si e, a partir destas, com a natureza. (2000, p. 54)

Com relação à produção do espaço, há que se argumentar que, o urbano é produto dos seguintes agentes: proprietários fundiários, promotores imobiliários, proprietários dos meios de produção, grupos sociais excluídos e o Estado (CORRÊA, 2004). Para este trabalho primordial se faz a análise dos proprietários dos meios de produção, pois estão diretamente ligados ao nosso objeto de pesquisa; assim como o papel do Estado é de suma relevância na organização do espaço (conceito presente em Corrêa, 2004), por meio das leis que implementa, dos benefícios que direcionam aos proprietários dos meios de produção, bem como na produção do espaço, por meio da implantação de Conjuntos Habitacionais.

Quanto ao papel do Estado inclinando suas ações para os proprietários dos meios de produção, visando organizar o espaço da cidade, e manter a reprodução do sistema econômico capitalista, podemos verificar isso, na concentração de atividades localizadas em um ponto do território, maximizando a acumulação de capital para as mesmas, condicionando a continuidade deste processo: os complexos industriais e as áreas metropolitanas são exemplos típicos. O mesmo se pode dizer, mudando a escala, das ruas caracterizadas por um único tipo de atividade – comércio de móveis, confecção ou peças e acessórios de veículos. As vantagens advindas da aglomeração induzem a reprodução do padrão espacial preexistente. (CORRÊA, 2000)

Quanto à organização do espaço, existe, de um lado, um processo de organização simples e, de outro lado, ampliada. No primeiro caso, um local de concentração de atividades, como o centro da cidade, expande-se vertical (não é o caso de Jardim) ou horizontalmente. Isto se dá pelo aparecimento de novas empresas que são agregadas ao espaço já constituído. No segundo caso, uma nova organização espacial é criada ou alterada pelo aparecimento de subcentros comerciais, cuja forma mais moderna é o Shopping Center, no caso dos grandes centros urbanos. (CORRÊA, 2000)

Na cidade de Jardim a aglomeração das atividades comerciais se dá no centro, onde se localizam as maiores lojas, nas áreas adjacentes, ou melhor, servidas de infraestrutura, aglomeram-se àqueles que dispõem de um maior poder aquisitivo, por fim concentra-se nas zonas menos favorecidas (sem infraestrutura plena) aquela parcela da população com menor poder aquisitivo. (GOMES, 2012)

Em Jardim-MS, durante pesquisa de campo, verificou-se que a cidade ainda não atingiu o patamar de aglomeração de atividades que saturassem o centro³, por exemplo, e direcionassem os investimentos por parte do Estado e dos proprietários dos meios de produção para outras localidades intraurbanas. Mesmo assim, como detalharemos mais a frente, verifica-se um direcionamento à localização das “atividades industriais” de Jardim para localidades fora do centro.

2.1. O uso industrial de uma pequena parcela do urbano

A organização do espaço urbano capitalista se dá através das mais variadas formas de uso, seja em grandes cidades ou mesmo em cidades de pequeno porte, sua distribuição dentro

³ Um exemplo claro, é a expansão urbana de São Paulo, saturando o centro da cidade, intervindo no aumento do custo de produção, obrigando assim, os proprietários dos meios de produção a inclinarem suas ações para outras urbes, dando margem ao surgimento das cidades médias na área de influência da metrópole. (CLEPS, 2003)

do espaço urbano acontece de acordo com os interesses quanto ao uso da terra para os mais variados fins. O Estado atua organizando o espaço de acordo com os interesses dominantes, seja dos proprietários dos meios de produção, seja dos proprietários fundiários, ou mesmo dos promotores imobiliários. Assim esclarece Corrêa:

Sua ação é marcada pelos conflitos de interesses dos diferentes membros da sociedade de classes, bem como das alianças entre eles. Tende a privilegiar os interesses daquele segmento ou segmentos da classe dominante que, a cada momento, estão no poder. (2004, p.26)

Através do Plano Diretor, o Estado, cria os mecanismos necessários para organização, produção, utilização e distribuição espacial, determinando juntamente com os interesses dominantes, as áreas residenciais, comerciais, industriais, de lazer, entre outras.

Corrêa (2004) nos dá uma síntese do espaço urbano:

O espaço urbano de uma grande cidade capitalista constitui-se, em um primeiro momento de sua apreensão, no conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. Tais usos definem áreas, como centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais de serviços de gestão, áreas de indústrias, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer e, entre outras, aquelas de reservas para futura expansão. (p. 7)

Cabe ressaltar que estamos nos referindo a uma cidade de pequeno porte, porém podemos aplicar os apontamentos de Corrêa a Jardim. Todavia, para entendermos como se dá a organização deste espaço, com seus usos determinados a certas localidades, temos de entender, mesmo resumidamente, o processo de produção do espaço urbano de nosso objeto de estudo. Acima já apresentamos considerações sobre a produção de seu núcleo urbano, passemos agora sobre os principais processos que deram conformação a este espaço.

Como já trabalhado, a urbanização brasileira pode ser explicada em grande parte pelo processo de industrialização, que favoreceu a migração dos habitantes da zona rural para a urbana. Este, com certeza, é o caso da urbanização das grandes cidades do Sudeste do país. Podemos afirmar que, neste caso, a industrialização precedeu a urbanização, sendo sua impulsionadora. Porém, não podemos aplicar o mesmo raciocínio a Jardim, não podemos, sequer, afirmar que Jardim é uma cidade industrializada, pois apresenta um número pouco expressivo de estabelecimentos voltados à transformação da matéria-prima. Assim, convém dizer que em Jardim a urbanização precedeu a instalação de indústrias na cidade.

Como já exposto, Jardim-MS tem sua emancipação político-administrativa no ano de 1953, devido ao crescimento populacional, favorecidos pelas frentes de migrações. Seu processo de urbanização inicia-se a partir da década 1970, com as políticas

desenvolvimentistas implementadas pelo governo federal por meio da SUDECO à região Centro Oeste. Modernização do campo, créditos aos grandes e médios proprietários, valorização do preço da terra rural, foram alguns dos fatores que influenciaram a vinda do homem do campo para a cidade na região ao qual Jardim está inserida. (ABREU, 2001)

Assim assiste-se o processo de urbanização de Jardim, iniciado na década de 1970.

Tabela 2: Taxa de urbanização no Mato Grosso do Sul e Jardim.

Localidade	1970	1980	1991	2000	2010
<i>Mato Grosso do Sul</i>	45%	67%	79%	84%	86%
<i>Jardim</i>	68%	80%	91%	93%	93%

Fonte: <http://www1.semec.ms.gov.br/bdeweb/>.

Org: Ricardi, 2013.

De 1970 a 1991 a taxa de urbanização aumenta mais de 20%, o que corresponde a um acréscimo de mais de 10.000 habitantes à zona urbana, em duas décadas. Parafraseando Gomes (2012) podemos dizer que esta população que vinha do campo e dos municípios ao entorno de Jardim, passando a habitar no meio urbano da cidade, teve de empregar sua mão de obra no setor terciário da mesma, pois não havia uma economia com bases industriais.

Ainda segundo Gomes (2012) foi na década de 1980 que a cidade de Jardim mais cresceu, favorecido pela demanda populacional do campo, bem como pelas aberturas políticas, que não regulamentavam a ação dos proprietários fundiários e promotores imobiliários no seu espaço urbano. Neste período, formam-se a maioria dos bairros periféricos da cidade, consolidando o centro como área de aglomeração comercial.

Assim segue a produção do espaço da cidade, iniciado em 1946 com a fundação da Vila Jardim; passando pelas ações dos proprietários fundiários por meio da prática de loteamentos na cidade; com a intervenção do Estado a partir da década de 1980 com a produção de conjuntos habitacionais, e em 1990 na regulamentação dos loteamentos; com os proprietários dos meios de produção concentrando-se no centro, desde os primeiros anos de existência da cidade; com a ação da população com menor poder aquisitivo adquirindo imóveis mais acessíveis a sua condição de renda, na produção do bairro, nas relações de vivência. (GOMES, 2012)

Na Figura 5 podemos ter uma noção de como o espaço urbano de Jardim foi sendo produzido, com um destaque para a zona do Parque Industrial, que segundo a figura foi produzido na década de 2000. Podemos entender, que após uma década da consolidação urbana – que pode ser verificada no senso de 1991 – foi instituído uma zona industrial, que veio após a urbanização. Temos que ressaltar, que haviam indústrias de pequeno porte, antes da instalação do Parque Industrial, e que atualmente algumas ainda situam-se fora desta área.

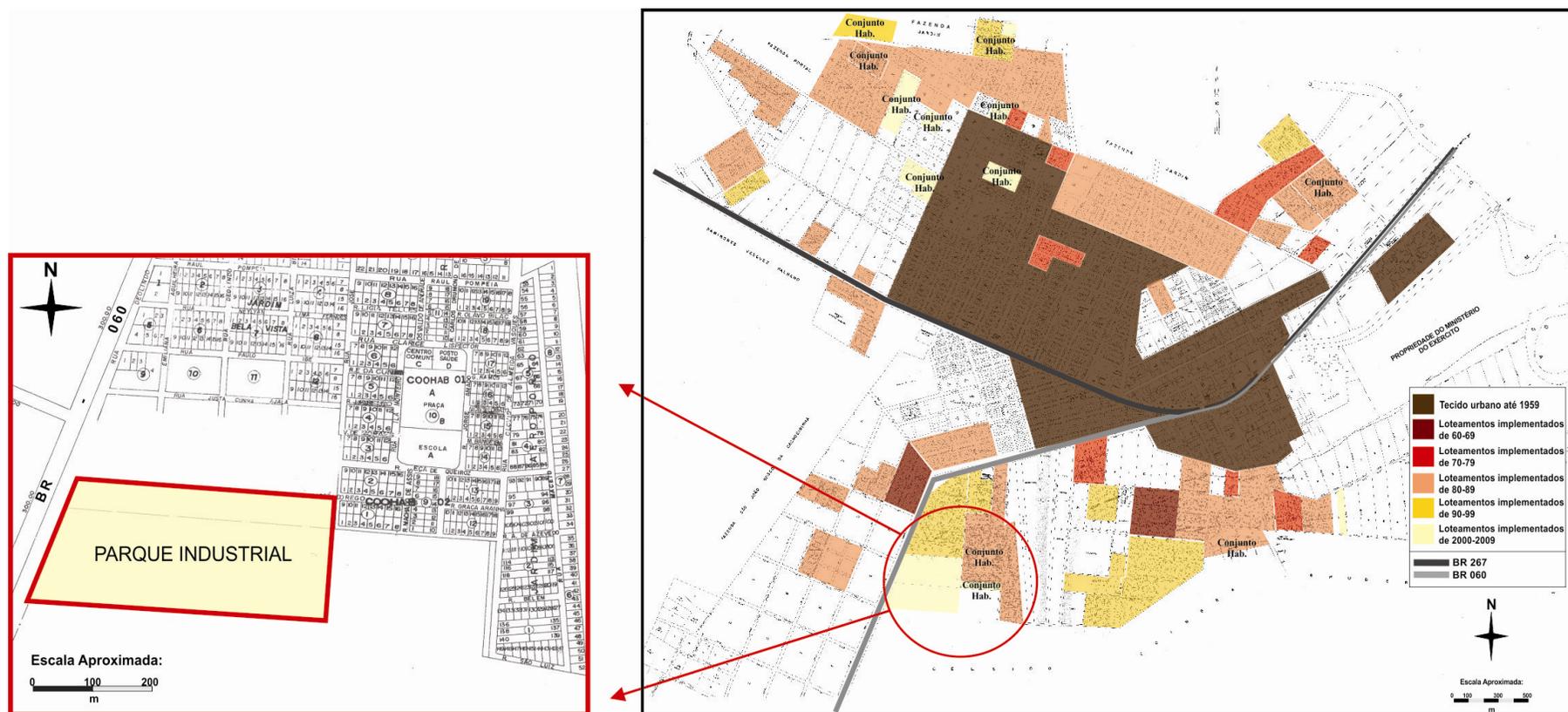


Figura 5. Configuração urbana de Jardim-MS (2010). Em destaque (à esquerda) o Parque Industrial da cidade instituído em 2009.

Fonte: GOMES, 2012.

Adaptado por: GOMES, 2013.

A Figura 5 não especifica o ano de implementação do Parque Industrial, o que foi constatado em pesquisa de campo, é que a referida zona, criada em Abril de 2009, possui uma área de 134.992,00 m², estando localizada na porção Sudoeste da cidade de Jardim à margem da Rodovia BR-060, sendo um ponto estratégico para as indústrias locais, a área está destinada para a implantação de indústrias e fábricas de pequeno e médio porte, para atender a demanda da região e em alguns casos a demanda de fora do Estado.

A lógica de instalação do Parque Industrial nesta zona da cidade segue a lógica da organização espacial conceituada acima. É como argumenta Corrêa:

A atuação do Estado se faz, fundamentalmente e em última análise, visando criar condições de realização e reprodução da sociedade capitalista, isto é, condições que viabilizem o processo de acumulação e a reprodução das classes sociais e suas frações. (2004, p.26)

Assim os proprietários dos meios de produção, que são os donatários destes estabelecimentos, são favorecidos pelas políticas por parte do Estado. Tal área, pertencente a prefeitura foi destinada a utilização econômico-industrial, contando com isenção de impostos, e proximidade com a BR-60 para escoamento da produção.

Analisando a Lei nº. 1310 instituída em 08 de Maio de 2007 encontramos a elaboração do Programa de Desenvolvimento Econômico (PRODECO) para a cidade de Jardim-MS, tendo por objetivos principais:

- I – promover os desenvolvimentos econômicos, sociais, turísticos e tecnológicos do município, através da instalação, modernização, ampliação de empresas industriais, comerciais ou de prestação de serviços, com vistas a diversificação da base produtiva;
- II – estimular a transformação industrial de produtos primários e recursos naturais existentes no município;
- III – incentivar as empresas já instaladas a ampliarem sua produção, através da modernização de seus maquinários e/ou instalações, e de inovações tecnológicas significativas com a adoção de novos processos produtivos, com ou sem a diversificação de linha de produção existente;
- IV – proporcionar condições para a criação e ampliação de estabelecimentos produtivos e micro e pequenas empresas e estimular o sistema de condomínios, associações, incubadoras e cooperativas de empreendimentos industriais;
- V – viabilizar condições de instalação no município, de empresas de outras regiões do território nacional ou do exterior;
- VI – estimular o adensamento das cadeias produtivas regionais;
- VII – promover em parcerias, as qualificações, capacitação e treinamento da mão-de-obra local, possibilitando sua incorporação ao mercado de trabalho formal. (JARDIM, 2007)

Como meio de fomentar o setor industrial da cidade, o Estado instituiu estas diretrizes, que objetivava subsídios a favorecer os proprietários dos meios de produção. Cabe

citar que, é raro se ver as mesmas condições para aqueles que possuem menor poder aquisitivo.

Desse modo, a presente área foi criada – a qual caracterizaremos no próximo capítulo –, com fins econômicos-industriais. Porém em pesquisa de campo verificamos que outros usos à terra urbana, no entorno do Parque Industrial, estão se estabelecendo. Analisaremos então, a valorização imobiliária nesta zona.

Para entendermos a reprodução capitalista do espaço existente no entorno do Parque Industrial da cidade de Jardim-MS, devemos nos voltar para a questão do valor de uso e do valor de troca. Sob o capitalismo temos o valor de troca da terra subordinando o valor de uso, ou seja, para poder usufruir de seus usos temos de pagar/adquirir mediante dinheiro o direito de uso a terra. (CARLOS, 2011)

Tal condição, imposta pelo modelo capitalista, iniciou-se no Brasil com o advento da Lei das Terras. Assim a lei nº 601 de 1850 define que, somente quem paga pode ser reconhecido como proprietário da terra, podendo usufruir de seu valor de uso (RODRIGUES, 1994). A presente lei proporcionou a obtenção de lucro através da venda da terra, seja ela urbana ou rural, tornando assim o acesso dificultado a um pedaço de terra aos que detém menor poder aquisitivo. Segundo Rodrigues:

Com a lei 601 de setembro de 1850, conhecida como a Lei das Terras, só quem podia pagar era reconhecido como proprietário juridicamente definido em lei. Além do valor moral, a propriedade como ocorria anteriormente tinha também valor econômico e social. (1994, p 17)

O valor de troca da terra veio, com o passar do tempo, sendo acrescido, e seu preço resumidamente, segundo Gomes (2012) é definido por sua localização dentro da cidade. Deste modo, se um imóvel localizar-se próximo as áreas bastante servidas de infraestrutura como escolas, postos de saúde, creches; asfalto, esgoto; próximos às edificações privadas como casas, comércios, empresas, seu preço será maior, do que um imóvel localizado na periferia da cidade, na transição da zona urbana para a rural.

Um conceito importante para entendermos a valorização do espaço é a renda diferencial urbana, que segundo Ribeiro (1979) é a renda que se extrai de um imóvel tomando como base a localização deste no espaço urbano em relação aos usos externos ao mesmo. Desse modo, a produção do espaço ao entorno do imóvel, com todas as edificações privadas, ou os serviços de usos coletivos implementados pelo Estado, vão valorizar o mesmo. Assim, as áreas onde esta produção ocorre em maior grau terão o preço da terra valorizado: é o caso

do centro da cidade de Jardim, ou áreas que receberam ou receberão investimentos públicos ou privados.

Tomando como exemplo a área do Parque Industrial, que em um primeiro momento era pertencente ao Estado, na condição de uma área de reserva para algum fim, foi doado a determinados proprietários dos meios de produção, que começaram pouco a pouco a se instalar na localidade, puxando uma rede de energia e água, bem como ocupando um espaço até então vazio, o que acabou por valorizar os terrenos do entorno. Podemos citar como exemplo, o loteamento Portal Sul (Veja Anexo – Planta Urbana de Jardim-MS) que localizado entre o tecido urbano da cidade e o Parque Industrial teve o preço de seus terrenos valorizados, em razão dessas infraestruturas implementadas pelo Poder Público na área industrial da cidade.

É visível que, na paisagem no entorno do Parque Industrial, existe uma grande quantidade de lotes vazios, bem como em alguns casos já existem residências (Figura 6), isso mostra que a vinda e instalação do Parque Industrial proporcionou uma procura cada vez maior por lotes para construção de imóveis destinados à moradia, bem como para instalação de outras empresas nos arredores da referida área, com isso houve uma intensificação e conseqüentemente a valorização da zona, assim se nota a presença cada vez maior dos promotores imobiliários (Figura 7).



Figura 6. Casas no loteamento Portal Sul, próximo ao Parque Industrial.
Fonte: RICARDI, E. Pesquisa de Campo, 2013.

Tomando como exemplo a área do Parque Industrial e seu entorno, podemos entender como funciona a lógica imobiliária da produção do espaço urbano, na ação do

Estado (atendendo os interesses dos proprietários dos meios de produção), do proprietário fundiário (donatário da área onde hoje está o Portal Sul), dos proprietários dos meios de produção que se instalaram na localidade, e promotores imobiliários – na Figura 7 – que negociam baseando-se nos imóveis já valorizados.



Figura 7. Placa de corretor de imóveis no loteamento Portal Sul.

Fonte: RICARDI, E. Pesquisa de Campo, 2013.

Digno de nota é o fato do Parque Industrial além de ter valorizado a área dos loteamentos ao entorno (segundo levantamento, existem cerca de cinco loteamentos próximos ao Parque Industrial), tornou mais atrativa esta zona da cidade para instalação de empresas, basta olharmos para o outro lado da BR-060 e já podemos notar a implementação de alguns estabelecimentos. (Figura 8)



Figura 8. Empresa instalada à frente do Parque Industrial.
Fonte: RICARDI, E. Pesquisa de Campo, 2013.

Convém citar que na área do Parque Industrial estão instaladas apenas 6 empresas (num espaço capaz de comportar de 10-20 estabelecimentos), não cumprindo, deste modo, efetivamente, os objetivos destinados à área. Lá observam-se, glebas vazias “aguardando” para serem ocupadas. O que foi corrente na verificação da área foi à valorização imobiliária do entorno, e o interesse de proprietários fundiários na abertura de loteamentos adjacentes ao Parque Industrial.

Para aprofundarmos nossas observações à área do Parque Industrial, e também das atividades industriais instaladas fora desta área, apontaremos considerações sobre a entrevista feita com os proprietários dos meios de produção ou representantes destes, durante pesquisa de campo.

CAPÍTULO III – ANÁLISE DA SITUAÇÃO INDUSTRIAL EM JARDIM-MS

Dedicamos esta parte do trabalho a discorrer sobre a pesquisa de campo realizada com as empresas que estão inseridas dentro e fora do Parque Industrial de Jardim. Em termos gerais, nota-se que existe satisfação em relação ao espaço cedido pela Prefeitura para realização das atividades, e também à isenção de impostos para as empresas que ali estão instaladas (Parque Industrial). Durante a pesquisa de campo foram feitas perguntas em forma de questionário, com relação à infraestrutura do local, onde pudemos verificar vários pontos quanto à situação do Parque Industrial.

Com este método, pudemos verificar que, parte dos proprietários das empresas não está satisfeito com os serviços de uso coletivo que são de responsabilidade do Poder Público local, pois o parque Industrial não dispõe de coleta de lixo, telefonia de qualidade para serviço de internet, limpeza de alguns lotes que ainda não estão ocupados, rede de distribuição de água adequada. Segundo os 5 proprietários de empresas instaladas no parque industrial entrevistados: a distribuição de água foi feita de maneira provisória nos estabelecimentos; o asfalto que é de grande importância para o escoamento da produção das mercadorias, evitando o transtorno causado pelo atolamento de veículos devido ao seu peso, ainda não foi instalado; a rede de esgoto também não existe no Parque Industrial, sendo também um dos itens de grande importância, para o local e seu desenvolvimento.

Fora da área do Parque Industrial aplicamos o mesmo questionário, sobre a infraestrutura, à algumas empresas, onde pudemos verificar que as reclamações são quase as mesmas. Desse modo um total de 12 empresas pesquisadas (empresas no Parque Industrial e fora deste) pudemos elaborar o seguinte gráfico:

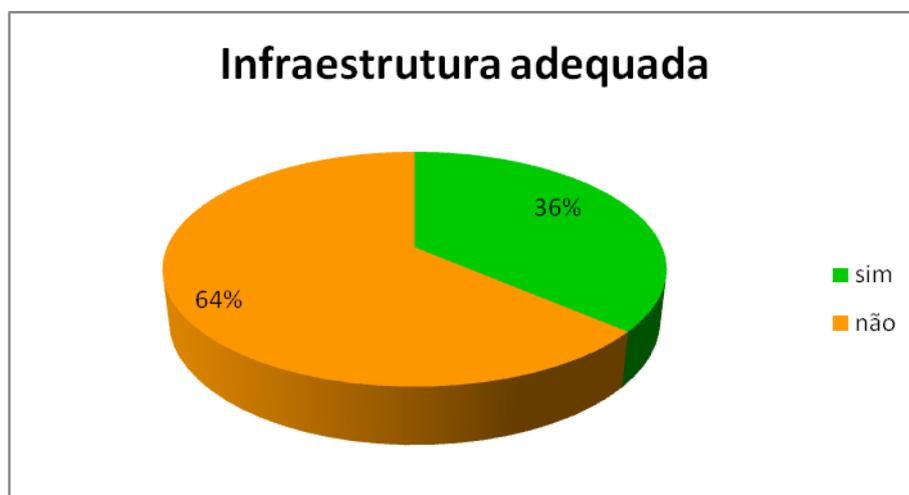


Figura 9. Gráfico referente à infraestrutura das empresas pesquisadas.
Fonte: RICARDI, E. Pesquisa de Campo, 2013.

Os 36% das empresas entrevistadas que se diziam satisfeitas quanto à infraestrutura, estão em áreas da cidade em que a produção do espaço urbano - principalmente a intervenção do Estado na instalação de aparatos - se deu de maneira a dotar o entorno destas empresas da infraestrutura necessária ao desenvolvimento de suas atividades.

Apesar de aproximadamente 2/3 das empresas entrevistadas indicarem não disporem de infraestrutura adequada, foram direta ou indiretamente favorecidos pelo Estado, através da doação da área e incentivos fiscais (Parque Industrial). Exemplificando: quando responderam sobre a localização da empresa, 91% afirmou estar instalada em um local ideal (totalizando as empresas fora e dentro do Parque Industrial).



Figura 10. Gráfico representando a satisfação quanto ao local de funcionamento da empresa.

Fonte: RICARDI, E. Pesquisa de Campo, 2013.

O Parque industrial dispõe de empresas, que tem vários ramos de atividades, sendo no total 06 (seis) empreendimentos, uma delas está voltada para a fabricação de reboques dos mais variados modelos, atendendo uma demanda que se estende por várias escalas: a região Sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul, outros Estados da Federação, principalmente a região Sudeste do Brasil, e alguns casos servem, até, para exportação. Noutra empresa, verificamos que esta se volta para fabricação de artefatos de cimento (tanque, manilha, poste para cerca, etc...), que atende a demanda de alguns municípios vizinhos na região Sudoeste do Estado do MS, assim como, cidades próximas. Outra trabalha com esquadrias metálicas, que atende a região Sudoeste do Mato Grosso do Sul. Há uma, ainda, que trabalha com a embalagem e distribuição de arroz, milho e farelo de milho, atendendo também a região Sudoeste do MS. Uma quinta empresa trabalha com a venda de carne bovina, com a distribuição para a região Sudoeste do MS. Para finalizar esta pequena caracterização, num

sexto estabelecimento visitado, verificamos que se tratava de um prédio desocupado, destinado para artesanato, todavia, ainda não em funcionamento.

Tabela 3 - Indústrias no Parque Industrial de Jardim-MS, seus ramos de produção e o mercado atendido.

	Ramo de atividade	Mercado atendido
No Parque Industrial	Fabricação de reboques	Sudoeste do MS e Sudeste do Brasil
	Fabricação de artefatos de cimento	Sudoeste do MS e cidades próximas
	Esquadilhas metálicas	Sudoeste do MS
	Embalagem e distribuição de grãos	Sudoeste do MS
	Carne bovina	Sudoeste do MS

Fonte:RICARDI, E. Pesquisa de Campo, 2013.

Org:Ricardi, 2013.

Quanto às empresas instaladas fora do Parque Industrial: a primeira empresa que visitamos está localizada na Vila Morena, tendo sede própria, especializando-se na produção de ração para gado bovino voltada à atender a demanda da região, bem como todo o território nacional, e em alguns casos o mercado externo, como o Paraguai; a segunda empresa também se localiza na Vila Morena, e sua sede é própria, produzindo ração para gado bovino, direcionando sua produção a nível estadual e nacional; a terceira empresa localiza-se na Vila Angélica II, e tem sua sede própria, fabrica tijolos, destinando-os para toda a região Sudoeste do Estado do MS; a quarta empresa localiza-se na Vila Camisão e trabalha com armazenamento e embalagem de grãos, para atender a demanda local, estadual; a quinta empresa pesquisada, Artesanato em Osso, está localizada na Vila Camisão e seu prédio é alugado, o aluguel é pago pela Prefeitura Municipal de Jardim, a empresa trabalha com artesanato em osso e madeira, o seu produto é destinado para todo o Brasil, bem como para o exterior. Cabe ressaltar que a empresa tem um prédio que está construído no Parque Industrial a cerca de três anos, porém o prédio não dispõe de infraestrutura adequada, pois necessita de um barracão para a manufatura dos produtos, por este motivo a empresa não pôde se instalar na referida área; a sexta empresa localiza-se na Vila Camisão, e tem sua sede própria, a empresa fabrica artefatos de cimentos (tanque, manilha, cocho), atendendo uma demanda local e regional. (Para localização das empresas nos bairros citados, veja abaixo: Planta Urbana de Jardim).

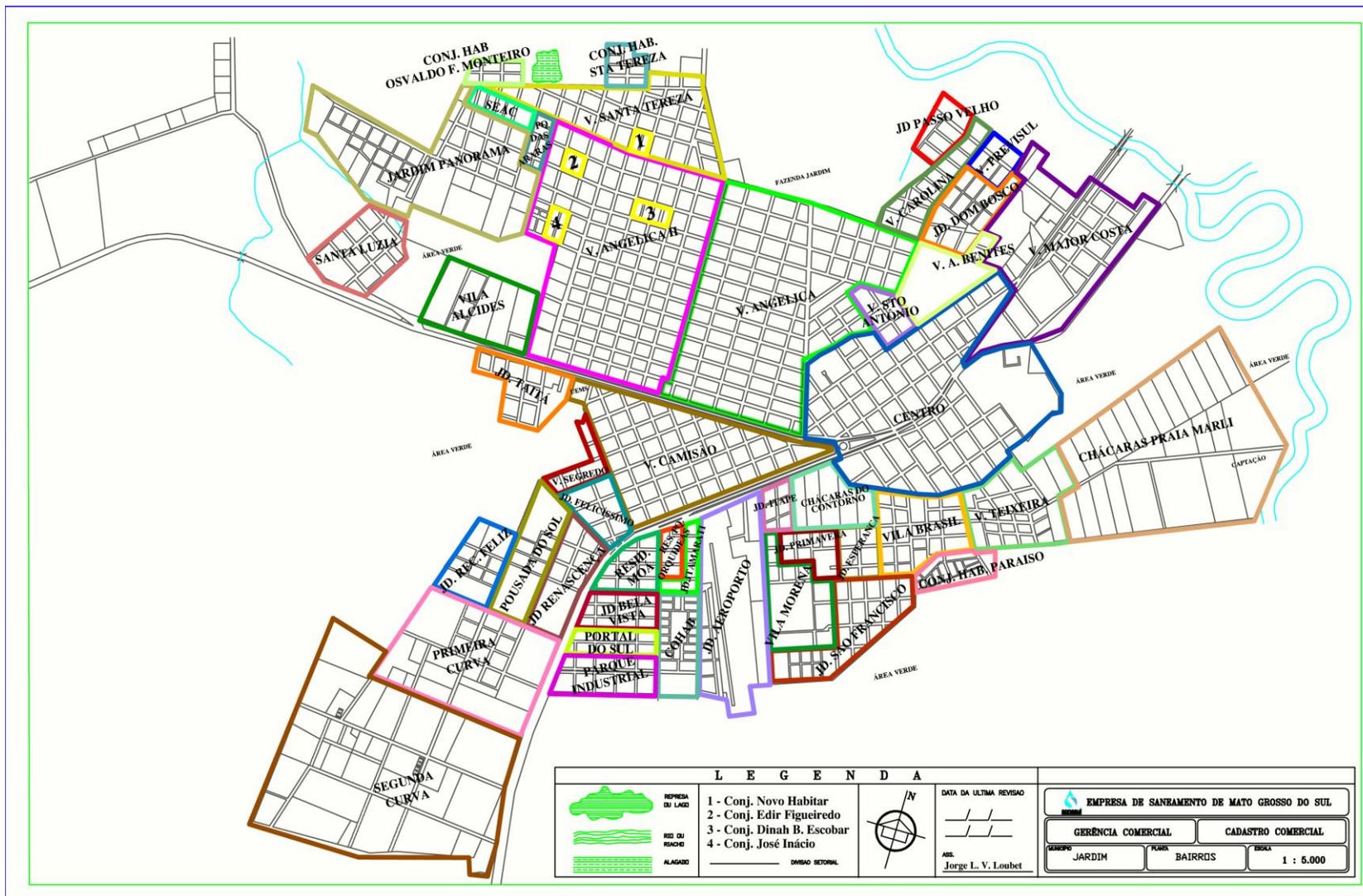


Figura 11. Planta urbana da cidade de Jardim MS.

Fonte: EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL.

Tabela 4 - Indústrias fora do Parque Industrial de Jardim-MS, seus ramos de produção e o mercado atendido.

	Ramo de atividade	Mercado atendido
Fora do Parque Industrial	Ração para gado	Estado do MS, Brasil e Paraguai
	Ração para gado	Estado do MS e Brasil
	Fabricação de tijolos	Sudoeste do MS
	Armazenamento e embalagem de grãos	Cidades próximas e Estado do MS
	Artesanato em osso	Brasil e exterior
	Fabricação de artefatos de cimento	Sudoeste do MS e cidades próximas

Fonte: RICARDI, E. Pesquisa de Campo, 2013.

Org: Ricardi, 2013.

Um ponto a ser ressaltado, é que a pesquisa não abrangeu empresas voltadas à transformação da matéria-prima, mas como entrevistamos e pesquisamos o número de 6 empresas no Parque Industrial, buscamos equiparar nossa análise a 6 empresas dispersas pelo tecido urbano de Jardim. Verificou-se na análise, que as empresas trabalham com diferentes produtos, atendendo uma demanda, local, regional, nacional e até internacional.

As empresas que estão instaladas no Parque Industrial são as mais favorecidas pelo Poder Público Municipal, pois, segundo levantamento, terão isenção de impostos prediais e territoriais urbanos (IPTU) por 7 anos, e com a permanência no local por 10 anos (numa área já doada para a atividade) garantem sua propriedade sobre esta parcela do espaço urbano. Assim, não é difícil de perceber o interesse dos proprietários dos meios de produção instalados fora da referida área em se mudarem para lá, mas há que se atentar que não é fácil de obter um pedaço de terra naquela localidade. Pressupomos baseados em uma entrevista, que há um jogo de interesses (Poder Público X Proprietários dos Meios de Produção): em uma das entrevistas feitas, o proprietário de uma empresa disse que chegou a providenciar toda documentação necessária para se instalar no Parque Industrial, mas ao procurar novamente o órgão público posteriormente para ver a situação, disseram que seus documentos havia desaparecidos, na visão deste empresário foi uma maneira de impedir que sua empresa se instalasse naquele local. Não cabe aqui, analisar a fundo as causas de tal fato, mas ressaltar que a produção/apropriação do espaço se faz mediante jogos de interesses.

Segundo o levantamento de campo, todas as empresas pesquisadas, que se situam fora do Parque Industrial, tem o interesse em se instalar na localidade, mas por motivos de insegurança financeira são em partes impedidas. As empresas, em geral, não querem dispor de um grande valor de investimento para se instalar no Parque Industrial, e ter que, de uma certa maneira, abandonar seu prédio, com receios de que em outro local não existam condições semelhantes para o desenvolvimento de suas atividades.

O interesse dessas empresas de se instalar na referida área, se baseia principalmente na isenção de impostos. Na pesquisa verificou-se que todas as empresas instaladas no Parque Industrial não arcam com impostos, e ainda tiveram o terreno cedido, algumas até (como o prédio do Artesanato em Osso e Madeira) tiveram uma edificação implantada. Veja o gráfico:

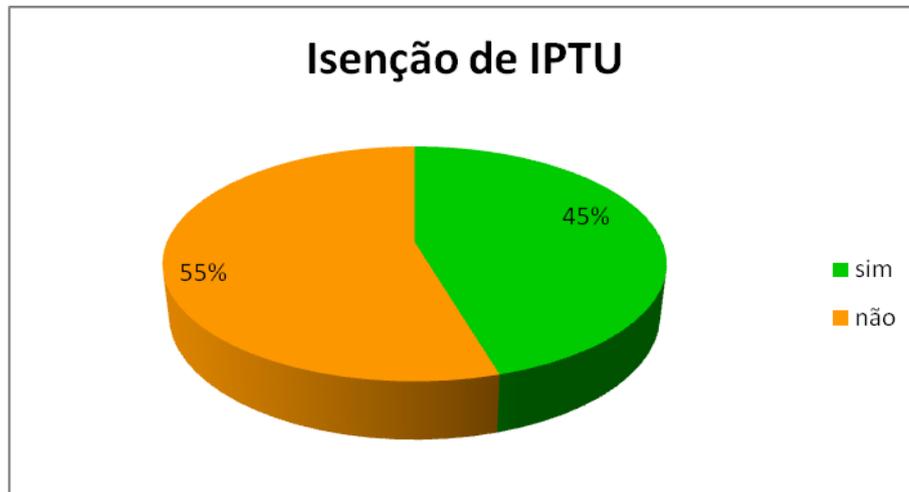


Figura 12. Gráfico representando as empresas que não arcam com impostos.
Fonte: RICARDI, E. Pesquisa de Campo, 2013.

Os 55% do total referem-se às empresas que estão instaladas fora do Parque Industrial, encarregadas de pagar carga tributária.

O processo para a instalação das empresas na referida área, segundo PRODECO/05/2008, passa por uma junta técnica que avalia o ramo de atividades da empresa, a mão de obra que será empregada, a receita que gerará, bem como a disposição do proprietário em construir no local suas instalações no prazo máximo de 6 meses, e de permanência por um período de 10 anos. Convém apontar, que na gestão atual (2013) esta junta técnica não está operando, o que impede que outras empresas se instalem no local. Das empresas que passaram pelo processo de avaliação pela junta técnica, apenas uma não construiu suas instalações no tempo estipulados pelas diretrizes exigidas, tornando assim, o terreno as mãos do Poder Público. (Ver: Anexo 2)

Convém ressaltar que, as empresas pesquisadas têm em seu entorno uma considerável quantidade de imóveis residenciais, isso mostra que estas têm a capacidade de atrair, como foi dito anteriormente, agentes especuladores imobiliários para estes locais, que através da obtenção de lotes para venda futura lucram com a terra urbana.

Para uma análise final de nosso objeto de estudos, verifiquemos as disposições do Plano Diretor Participativo de Jardim quanto às atividades industriais na cidade.

3.1. O Plano Diretor e as atividades industriais

Podemos extrair do Plano Diretor Participativo de Jardim – Produto 2, elaborado em 2011, o seguinte trecho:

O setor industrial de Jardim é bastante incipiente, composto de indústrias de pequeno porte como marcenarias, produção de ração animal, adubos, pré-moldados de concreto, olaria, extração de calcário e engarrafamento de água mineral. A prefeitura, na busca de incentivar o setor, implantou o projeto do Parque Industrial, área localizada fora do perímetro urbano, próxima à sede, na BR-060, sentido Bela Vista, que contará com incentivos fiscais. A área ainda está pouco ocupada, mas já conta com uma construção da fábrica de artesanato de osso e madeira e tem projeto de construir outro módulo para o receptivo. O fato de estar construído junto a rodovia é um facilitador para o comércio deste artesanato. Ainda não é possível avaliar os impactos econômicos do Parque Industrial. (JARDIM, 2011)

Uma primeira menção ao assunto foi feita neste documento, elaborado pela equipe do Plano Diretor Participativo (PDP) de Jardim, Produto 2, em 2011. Havia uma preocupação na época em fomentar a atividade industrial, que ainda é incipiente, como próprio trecho coloca. Por meio deste documento Produto 2, foi feito um levantamento e diagnóstico do município, para assim elaborar-se as propostas mencionadas a frente.

No documento denominado Produto 3, elaborado pela equipe do PDP em 2012 (sendo o produto final), podemos verificar algumas diretrizes quanto à atividade industrial em Jardim. Um primeiro ponto que chama a atenção diz respeito às Ações Prioritárias Propostas pelo Plano, enfatizemos a Ação 9, pois são de nosso interesse:

4.9. Ação 9 – Elaboração de Estudos sobre o Incentivo a Novas Indústrias no Município – curto prazo

Objetivos

Levar novas indústrias para o município aumentando assim as possibilidades de expansão e desenvolvimento.

Diretrizes

- Estudar incentivos fiscais, comerciais e outros, para a instalação de indústrias no município de Jardim.
- Verificar as possibilidades de captação de renda através de convênio intermunicipal ou parcerias com o estado;
- Estudar e apontar os tipos de indústrias apropriadas para os locais definidos no zoneamento do Plano Diretor (Zona de Abastecimento e Serviço de Apoio 1 e 2 - ZAA1 e ZAA2, localizadas na sede e Zona de Comércio e Serviço de Apoio – ZCS, localizada no distrito do Boqueirão) (JARDIM, 2012, p.83)

Veja a Figura 13 para aprofundarmos nossa análise:

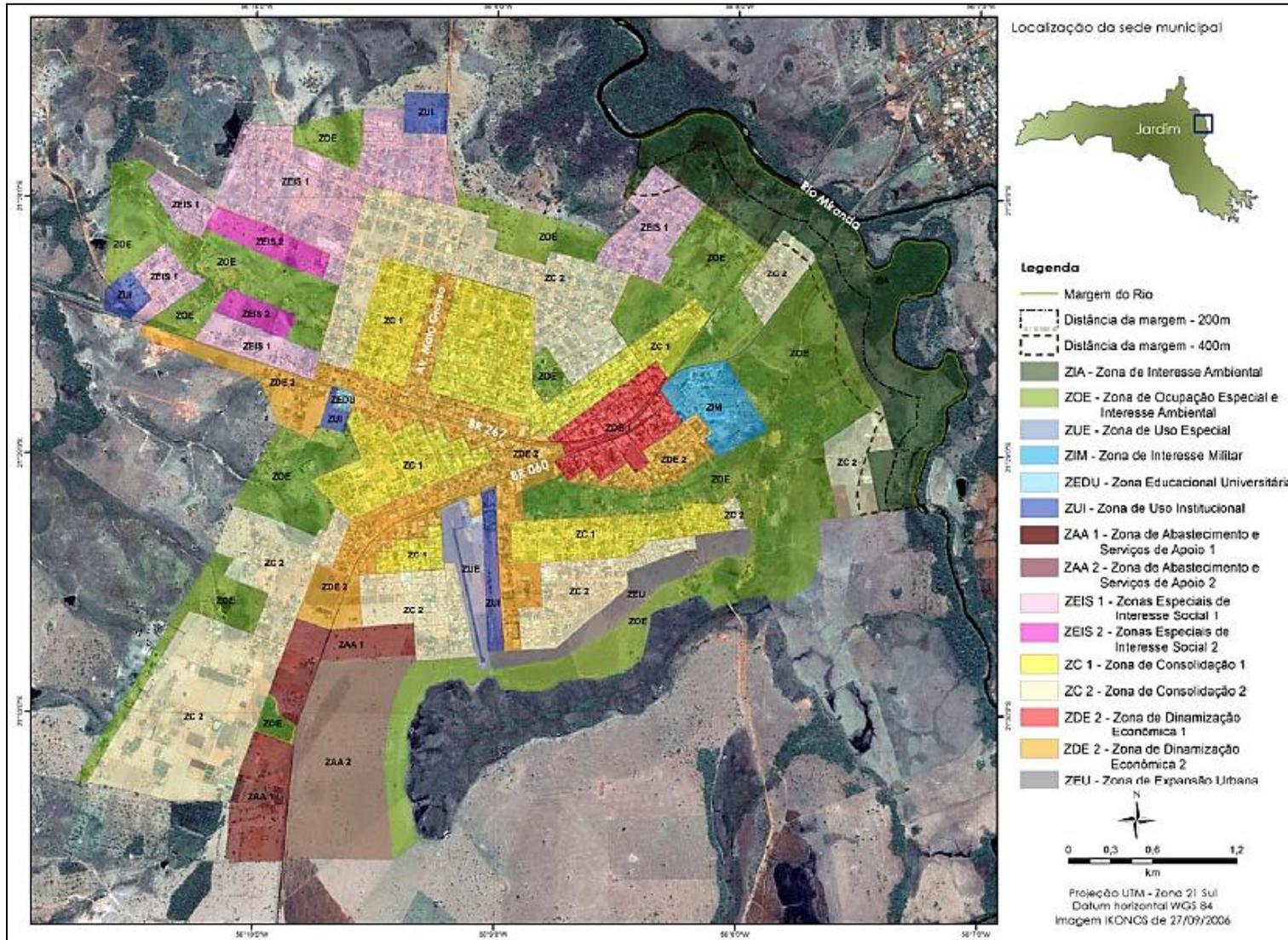


Figura 13. Mapa (elaborado pela equipe do Plano Diretor de Jardim) apresentando o zoneamento da cidade.
Fonte. JARDIM, 2012.

Um primeiro ponto a ser destacado sobre a Ação nº 9 é que esta objetiva ser executada em curto prazo, ou seja, em 6 meses será efetivada. Esta medida, pela urgência que lhe conferem, mostra como as ações do Poder Público voltam-se, de maneira bem mais eficiente, para o setor econômico da sociedade, o social fica de lado.

O objetivo principal da Ação 9 visa aumentar o número de indústrias no município para arrecadar mais receitas. Para alcançar tais pontos o PDP propõe algumas diretrizes que, em termos gerais, em parcerias com o Estado possibilitarão incentivos fiscais e comerciais, para instalação de indústrias na Zona de Abastecimento e Serviço de Apoio 1 e 2 (ZAA1 e ZAA2 – Figura 13).

O zoneamento da cidade de Jardim foi feito pela equipe do PDP, sendo apresentado no Produto 3. Assim encontramos no documento:

ZAA 1– Zona de Abastecimento e Serviços de Apoio 1

Áreas próximas à BR-060 com características para o desenvolvimento de atividades industriais mais pesadas e de grande porte, geradoras de tráfego ou que servem de apoio ao tráfego rodoviário mais intenso.

ZAA 2 – Zona de Abastecimento e Serviços de Apoio 2

Áreas próximas à BR-060 com características para o desenvolvimento de atividades industriais de menor impacto e institucionais de maior porte, também geradoras de tráfego ou que servem de apoio ao tráfego rodoviário mais intenso. (JARDIM, 2012, p.115)

Com a criação do Parque Industrial em 2007 pelo Poder Público, foi instalada a base para a “aglomeração industrial”, seguindo a conceituação de Corrêa (2004), na porção Sudoeste da cidade Jardim. Nesta porção da cidade, podemos ver na Figura 13, foram definidos os Zoneamentos, ZAA 1 e ZAA 2.

Para finalizar, cabe entendermos se tais zonas estão cumprindo as funções a elas destinadas. Em pesquisa de campo, verificamos que uma grande parte da ZAA 1, onde deveriam estar localizadas empresas com atividades industriais mais pesadas e de grande porte do Parque Industrial, apresenta uma considerável quantidade de imóveis (construídos ou vazios), ou seja, a área está servindo para fins imobiliários (compra e venda de casas e terrenos). Já a ZAA 2 ainda pode ser considerada uma área para expansão da cidade, contando com poucas edificações, e esta destinada à instalação de algumas empresas com atividades industriais de menor impacto institucionais de maior porte, onde futuramente será instalada uma agência do Instituto Federal Brasileiro (escola técnica), o que acarretará na valorização imobiliária do entorno.

O estabelecimento destas zonas baseou-se na elaboração de um perímetro urbano mais abrangente, a ZAA 1 e 2 encontram-se nesta expansão. No Produto 3 do PDP encontramos o seguinte trecho:

Na adoção das proposições e critérios para o estabelecimento do perímetro urbano e as áreas de expansão urbana, a preocupação foi no sentido que as decisões estivessem apoiadas em aspectos de viabilidade urbanística e ambiental, evitando-se dessa forma o surgimento de interesses individuais e setoriais que pudessem vir a explorar o capital imobiliário local. (JARDIM, 2012, p.119)

Na proposta do PDP o perímetro urbano de Jardim foi estendido, favorecendo a implantação do zoneamento proposto, mas por outro lado, acaba por favorecer a abertura de novos loteamentos dentro da cidade, e assim a prática especulativa. Tal já é um ponto em contradição, pois o trecho deixa claro que pretende evitar surgimento de interesses individuais ou setoriais, o que não se dá, já que os promotores imobiliários serão favorecidos. Outro ponto contraditório é relativo à viabilidade ambiental: basta dar uma olhada na proposta mapeada do novo perímetro urbano (Veja Anexo – Nova Proposta de Perímetro Urbano de Jardim-MS) para ver que abrange até a margem do Rio Miranda, não respeitando a mata ciliar do mesmo.

É desse modo que o Estado planeja a cidade, com propostas mal elaboradas, que visam, não explicitamente, favorecer determinada classe dos agentes produtores do espaço: os proprietários dos meios de produção, através dos subsídios; os promotores imobiliários através dos aparatos que implanta na cidade; os proprietários fundiários que ganham pela necessidade da cidade crescer horizontalmente; enquanto que os agentes sociais excluídos sobram na “repartição das fatias do bolo estatal”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O entendimento de certas atividades/dinâmicas que se desenrolam sobre o espaço urbano, não é tarefa fácil. Passa pela análise de processos que ocorrem em diferentes escalas, mas que de uma maneira ou de outra estão ligados. Tal, nos leva a pensar nos processos de urbanização brasileira, da região Centro Oeste, de Mato Grosso do Sul e de Jardim, que se deram em razão de causas interligadas a lógica capitalista de produção.

Sob a influência destes processos em escalas maiores temos as singularidades que ocorrem no espaço de uma região, cidade ou até mesmo de um bairro. São processos singulares ao espaço de uma cidade, mas com características análogas a outras localidades, como a especulação imobiliária que ocorre em todo território nacional, que se verificam na análise do espaço urbano.

Em Jardim-MS quando nos chamou a atenção a instalação/destinação de uma área somente para atividades industriais, nos perguntamos sobre os processos que deram origem e conformação a esta localidade. Assim elaboramos este trabalho e nos propomos agora a apontar algumas considerações que se revelaram mais marcantes.

Deste modo, podemos destacar primeiramente que, Jardim-MS insere-se numa região que teve seu processo de urbanização orientado por mudanças nas dinâmicas econômicas. Onde, até então, haviam habitantes na zona rural, trabalhando na lida com o campo, seja em sua propriedade ou para patrões, verificou-se um processo de modernização da produção, sustentada pelo Estado por meio de créditos rurais, insumos e maquinários que, não deixaram outra opção para o trabalhador rural, indo habitar na cidade, compondo a população urbana. Estes habitantes teceram suas relações produzindo o espaço urbano de Jardim-MS, que também é fruto da ação do Estado, dos proprietários fundiários, dos promotores imobiliários e dos proprietários dos meios de produção. Para estes últimos que o Estado dirige maior atenção.

Assim verificamos ações do Poder Público destinando privilégios aos proprietários dos meios de produção na implantação do Parque Industrial. Como ressaltado por Corrêa (2004) o Estado tende a privilegiar determinados setores (agentes da produção do espaço) em detrimento a outros. Nesse sentido, o Poder Público de Jardim criou e doou uma área para a atividade industrial, deixando livre de impostos as empresas que ali se instalaram.

Porém a área e seu entorno, como verificamos, está sendo utilizada para outros fins, principalmente para negócios imobiliários. Corrente se fez a valorização imobiliária do

entorno do Parque Industrial, onde verificamos um mercado de imóveis aquecido no loteamento Portal Sul.

Por meio do Plano Diretor Participativo, um instrumento de planejamento, o Poder Público instituiu zonas à cidade. São porções do espaço destinadas a alguns usos: residencial, comercial, industrial, ambiental, etc. Usos que ficam bastante definidos no papel, mas que em realidade são diferentes. É um ponto chave que verificamos neste trabalho, nas Zonas Abastecimentos e Serviços de Apoio 1 e 2, onde deveriam estar instaladas novas indústrias, podemos notar claramente, olhando para a paisagem urbana, uma série de edificações que cumprem outra função, e não a de produção. Em vários pontos destas zonas encontramos chácaras e casas.

Para fechar, Jardim-MS conta ainda com uma atividade industrial bastante incipiente, que emprega uma ínfima parcela da população. O setor terciário da cidade é que se destaca, é o que verificamos no centro da cidade, onde há aglomeração de empresas comerciais e de serviços. Por hora, verificamos que outro segmento econômico vem se fazendo presente: o capital imobiliário, que mais que fazer girar a economia, especula com a terra valorizada pela cidade sempre em crescimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Silvana de. *Planejamento governamental: a SUDECO no espaço mato-grossense. contexto, propósitos e contradições*. São Paulo, 2001. Tese (Doutorado em Geografia) - FFLCH/USP.

BRITO, Fausto; HORTA, Cláudia Júlia Guimarães; AMARAL, Ernesto Friedrich de Lima. *A urbanização recente no Brasil e as aglomerações metropolitanas*. Associação Brasileira de Estudos Populacionais - Abep. *Anais...* 2001. Disponível em: <http://www.abep.org.br/usuario/GerenciaNavegacao.php?caderno_id=362&nivel=1&texto_id=2092>. Acesso em: 06/09/2013 às 15h e 10min.

CARLOS, Ana Fani. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs). *A produção do espaço urbano*. São Paulo: Contexto, 2011. Cap. 3, p. 53-72.

_____. *A cidade*. São Paulo: Contexto, 1992.

CLEPS, Geisa Daise Gumiero. A desconcentração industrial no Estado de São Paulo e a expansão do comércio e do setor de serviços. *Caminhos de Geografia – Revista online*, disponível em: <www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&ved=0CCsQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.seer.ufu.br%2Findex.php%2Fcaminhosdegeografia%2Farticle%2Fview%2F15310&ei=MPBUr2EJ9Xj4APay4F4&usq=AFQjCNHH72LDvY5ZIOxMCdfXhkfATSUJ2w> Acessado em: 10/09/2013 às 18:00 hs.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano*. São Paulo: Ática, 2004. p. 1-35.

_____. *Região e organização espacial*. São Paulo: Ática, 2000. p. 7-21.

CUNHA, José Marcos Pinto da. *Dinâmica migratória e o processo de ocupação do Centro-Oeste brasileiro: o caso de Mato Grosso*. São Paulo, v. 3, n. 1, p. 87-107, jan./jun. 2006.

GOMES, Igor Ronyel Paredes. *O processo de produção dos vazios urbanos na cidade de Jardim-MS*. Jardim, 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – UEMS.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Série Históricas e Estatísticas*. 2013. Disponível em: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=0&de=32&no=10> Acessado em: 08/10/2013

_____. *Tendências demográficas: uma análise dos resultados da sinopse preliminar do censo demográfico 2000 / IBGE, Departamento de População e Indicadores Sociais. – Rio de Janeiro: IBGE, 2001. 63 p.*

JARDIM. *Plano Diretor Participativo: Produto 3, Relatório dos eixos estratégicos, temas prioritários, propostas de zoneamento e instrumentos de estatuto*, 2012. Disponível em: <http://www.vadesign.com.br/plano_diretor/> Acessado em: 10/08/2013 às 08:00hs.

_____. *Plano Diretor Participativo: Produto 2, Relatório da leitura da realidade do município*, 2011. Disponível em: <http://www.vadesign.com.br/plano_diretor/> Acessado em: 10/08/2013 às 12:00hs.

LIMA, Rita Carmem Braga. *Jardim a história de uma cidade*. Editora Limotype. Ed. Gráfica Bodoquena, Jardim/MS, 2006.

MATO GROSSO DO SUL, *Estudo da Dimensão Territorial do Estado de Mato Grosso do Sul: Regiões de Planejamento*. Campo Grande, 2011. Disponível em: <<http://www.semec.ms.gov.br/control/ShowFile.php?id=108323>> Acessado em: 14/09/2013 às 10:40 hs.

RIBEIRO, Luiz C. *Notas sobre a renda da terra urbana*. Chão - Revista de Arquitetura. Rio de Janeiro, n.5, 1979, p. 97-104.

ROCHA, Renato de Melo. *A ocupação e o processo de urbanização sem planejamento no eixo rodoviário do complexo territorial Brasília-Goiânia*. FAU/UnB. Brasília, DF. Disponível em: <www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=4&cad=rja&ved=0CDoQFjAD&url=http%3A%2F%2Fartigocientifico.com.br%2Fuploads%2Fartc_1151549134_45.doc&ei=2OpuUuaLAqf64AOC9oG4Ag&usq=AFQjCNErRgWwqqlWJXrDp0E7QftXH6wGg>. Acessado em: 06/09/2013 às 14 hs e 51min.

RODRIGUES, A.M. A Terra como Mercadoria. In: _____. *Moradia nas cidades brasileiras*, São Paulo: Contexto, 1994.

ROSA, Jaquerson Cavanha, *O Papel da Comissão de Estrada e Rodagens Nº 3 Na (Re)Produção do Espaço Urbano de Jardim-MS (1945-1984)*.Jardim, 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – UEMS.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos Teórico e metodológico da geografia*. Hucitec. São Paulo 1988.

_____. O Espaço sem Cidadãos. In: _____. *O Espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1993. p. 43-48.

SILVA, Valéria Ferreira da. *Os papéis de Dourados-MS no contexto regional: Apontamentos para análise de uma cidade média*. Dourados, 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – FCH/UFGD.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *ABC do desenvolvimento urbano*. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

SPOSITO, Maria Encarnação B. *A urbanização no Brasil*. São Paulo: CENP, 1993, p. 61-78.

_____. *Capitalismo e Urbanização*. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 1994.

APÊNDICE



Questionário aplicado às empresas que estão instaladas no Parque Industrial de Jardim-MS, localizado à margem da BR 060, saída para Bela Vista-MS.

NOME DA

EMPRESA: _____ Data
____/____/____

1. Há quanto tempo à empresa esta instalada no Parque Industrial, e onde era instalada anteriormente esta Empresa?

2. Quais motivos o fizeram se Instalar no Parque Industrial?

3. Quais as vantagens que o Parque Industrial oferece a sua Empresa?

4. Isenção de Imposto. () Sim () Não :

Área para Ampliação da Empresa. () Sim () Não:

Localização Estratégica para Distribuição dos Produtos. () Sim () Não:

Outros? Qual (Quais)?

5. Considera o Parque Industrial ideal para instalação de sua Empresa? Por quê?

-

DADOS DE INFRAESTRUTURA:

6. O Parque Industrial dispõe de Infraestrutura adequada?

7.1 Em sua opinião, do que o Parque Industrial necessita para melhorar sua infraestrutura?

8. Quantos Funcionários trabalham em sua Empresa? Quantos têm vínculo empregatício (Carteira Assinada)? E qual é o salário médio dos seus funcionários?

9. Quais tipos de produtos são fabricados pela sua Empresa?

10. O produto é destinado para onde? Demanda Local/ Estadual/ Nacional? Qual Local ou Região?

11. Qual a Perspectiva para o Futuro?

Sair do local() Permanecer no local ()



Questionário aplicado às empresas que estão instaladas fora do Parque Industrial de Jardim-MS.

NOME _____ DA _____ EMPRESA: _____
Data ____/____/____

1. Há quanto tempo à Empresa esta Instalada nesta Cidade (Jardim)?

2. Qual Bairro a Empresa está Instalada?

3. Quais motivos o fizeram se instalar neste local (Bairro/Vila)?

4. Houve oportunidade para sua Empresa se instalar no parque Industrial?

5. Quais as vantagens que são oferecidas a sua empresa?

Isenção de Imposto. () Sim () Não :

Área para Ampliação da Empresa. () Sim () Não:

Localização estratégica para distribuição dos produtos. () Sim () Não:

Outros? Qual (ais)?

6. Considera o este local (bairro), ideal para instalação de sua Empresa? Qual local da cidade seria o ideal? Por quê?

DADOS DE INFRAESTRUTURA:

7. O Bairro dispõe de infraestrutura adequada á sua Empresa? Qual (ais)?

7.1. Qual a sua opinião, sobre o Parque Industrial de jardim?

7.2. Instalaria sua Empresa no Parque Industrial? SIM () NÃO (), Porquê?

8. Quantos Funcionário (os) a trabalha (am) na Empresa? Quanto (os) tem vinculo empregatício (Carteira Assinada)? E Qual é o salario médio do (os) seu (eus) funcionário (os)?

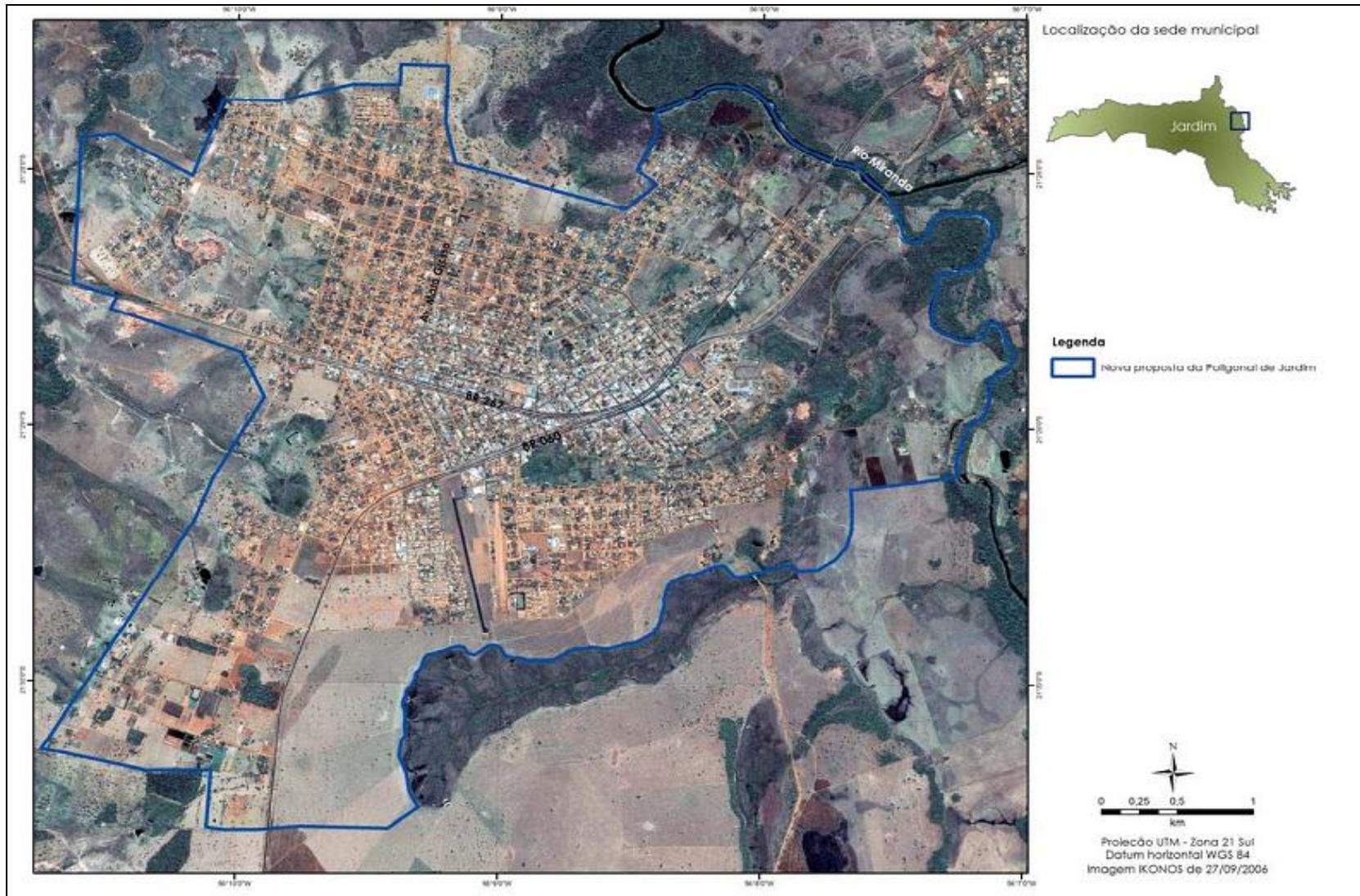
9. Qual (ais) tipos de produto (os) é (são) Fabricado (os) em sua Empresa?

10. O produto é destinado para onde? Demanda Local/ Estadual/ Nacional? Qual Local ou Região?

11. Qual a Perspectiva para o Futuro?

Sair do local () Permanecer no local ()

ANEXOS



Nova Proposta de Perímetro Urbano de Jardim-MS



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM

LEI Nº. 1310/2007

Em, 08 de Maio de 2007.

**CRIA O PRODECO – PROGRAMA DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO,
DO MUNICÍPIO DE JARDIM, E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

EVANDRO ANTONIO BAZZO, Prefeito Municipal de Jardim – Estado de Mato Grosso do Sul, FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Cria o PRODECO – PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, cujos principais objetivos são:

I – promover os desenvolvimentos econômicos, sociais, turísticos e tecnológicos do município, através da instalação, modernização, ampliação de empresas industriais, comerciais ou de prestação de serviços, com vistas a diversificação da base produtiva;

II – estimular a transformação industrial de produtos primários e recursos naturais existentes no município;

III – incentivar as empresas já instaladas a ampliarem sua produção, através da modernização de seus maquinários e/ou instalações, e de inovações tecnológicas significativas, com a adoção de novos processos produtivos, com ou sem a diversificação de linha de produção existente;

IV – proporcionar condições para a criação e ampliação de estabelecimentos produtivos e micro e pequenas empresas e estimular o sistema de condomínios, associações, incubadoras e cooperativas de empreendimentos industriais;

V – viabilizar condições de instalação no município, de empresas de outras regiões do território nacional ou do exterior;

Rua Coronel Juvêncio, 547 - Fone: (067) 251-1255 - Fax (067) 251-1370 - CGC 03.162.047/0001-40
CEP 79240-000 - Centro - JARDIM - Estado de Mato Grosso do Sul



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM

VI – estimular o adensamento das cadeias produtivas regionais;

VII – promover em parcerias, as qualificações, capacitação e treinamento da mão-de-obra local, possibilitando sua incorporação ao mercado de trabalho formal.

Art. 2º - Para a implantação do PRODECO, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, com base em parecer aprovado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento, autorizado a:

I – doar terreno para a construção de obras necessárias para o funcionamento da empresa interessada em instalar ou expandir as suas atividades em Jardim;

II – executar, diretamente ou através de terceiros, serviços de infra-estrutura necessários à edificação de obras civis e de vias de acesso;

III – conceder redução ou isenção de ISSQN, como incentivo ao turismo receptivo, para entidades organizadoras que promovam em Jardim, congressos, seminários, convenções, simpósios, encontros e jornadas de âmbito regional, nacional ou internacional de natureza técnica, científica ou cultural;

IV – conceder redução ou isenção de taxas e do ISSQN decorrentes de obras de construção ou ampliação, bem como do IPTU – Imposto Territorial e Predial Urbano, incidente sobre o imóvel onde funcionar a empresa incentivada;

V - a área de terreno, objeto de doação na forma da presente lei, no prazo de 10(dez) anos contados da data da doação, não poderá ser objeto de transação ou comercialização, seja a que título for, bem como de garantia de alienação, comodato, empréstimo, vedada, portanto, para fins diversos do estabelecido na presente lei.

§ 1º - Em casos excepcionais, o Poder Executivo Municipal, com base no parecer do Conselho Municipal de Desenvolvimento, fica autorizado a firmar as escrituras de transferência de domínio, sob a cláusula de Pacto Adjetivo de Hipoteca, para que as pessoas jurídicas ou físicas possam obter financiamento junto as instituições financeiras, exclusivamente, para atendimento do projeto do PRODECO.

Rua Coronel Juvêncio, 547 - Fone: (067) 251-1255 - Fax (067) 251-1370 - CGC 03.162.047/0001-40
CEP 79240-000 - Centro - JARDIM - Estado de Mato Grosso do Sul



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM

§ 2º - a isenção do IPTU que trata o inciso IV deste artigo, é anual, devendo ser requerida a sua renovação no prazo de 30 dias antes do vencimento, mediante comprovação de efetivo funcionamento com o numero de funcionários do ano anterior, considerando-se a media mensal dos efetivamente empregados ou contratados através de terceiros;

§ 3º - a redução ou isenção do IPTU, prevista no inciso IV deste artigo, poderá ser concedido pelo prazo de até 07(sete) exercícios fiscais;

§ 4º - os incentivos previstos neste artigo também poderão ser concedidos as empresas já instaladas que objetivem ampliar ou realocar as suas atividades ou instalações;

§ 5º - caso o município não possua a área de terreno apropriada às necessidades da empresa interessada, o prefeito poderá efetuar a desapropriação, na forma da legislação aplicada a matéria;

§ 6º - na escritura de doação será feito o registro de clausula de reversão, aplicável nos casos de ocorrência das hipóteses previstas no § 7º, deste artigo;

§ 7º - os incentivos previstos neste artigo, poderão ser revogados nas seguintes hipóteses:

a) - não conclusão do projeto de construção dentro de 06(seis) meses a partir do término do prazo previsto no cronograma de execução físico-financeira;

b) - modificação de todo ou em parte, sem a devida autorização, da destinação do projeto utilizado para obter os benefícios desta lei;

c) - interrupção das atividades por mais de 60(sessenta) dias, em um período de 01(um) ano;

d) - redução do numero de empregados em mais de 40% (quarenta por cento), sem motivo justificado;

e) - venda, transferência ou alienação, no todo ou em parte, sem motivo justificado, do imóvel, com prejuízos da produção;



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM

f) – infringência as normas fiscais e do meio ambiente estabelecidas pela União, Estado ou Município.

§ 8º - o prazo de 06 (seis) meses, previsto na alínea a do parágrafo anterior, poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, na hipótese das ocorrências de fatos supervenientes que comprometam as obras de construção ou de ampliação, mediante requerimento instruído com as respectivas provas.

Art. 3º - Para concessão dos benefícios inseridos nos dispositivos anteriores, deverá estar demonstrado que os investimentos a serem implementados no Município, compensarão os tributos que deixarem de aportar aos cofres públicos por conta das isenções propugnadas, atendidas as exigências contidas no art. 14 da Lei Complementar Federal n. 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 4º - Para os fins de cumprimento da presente Lei, fica criado o Conselho Municipal de Desenvolvimento ao qual compete:

I – receber e analisar os pedidos de enquadramento, no PRODECO, formulado pelas empresas interessadas, de acordo com pressupostos fixados nesta Lei;

II – examinar e emitir parecer sobre a viabilidade ou não da concessão de incentivos para projetos de desenvolvimento econômico a serem implantados pelo poder públicos municipais;

III – analisar os casos de revisão, suspensão ou revogação dos incentivos concedidos pelo Programa na forma das disposições previstas nesta lei e em seu regulamento;

IV – elaborar o seu regimento interno e encaminhá-lo ao Chefe do Poder Executivo para a devida aprovação;

V – sugerir alterações do regulamento interno;



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM

VI – buscar o intercâmbio permanente com os demais órgãos municipais, estaduais e federais, organismos internacionais e instituições financeiras, visando a execução política municipal do PRODECO;

VII – estabelecer diretrizes com vistas à geração de emprego e desenvolvimento do município;

VIII – instituir, quando necessário, câmaras técnicas e grupos temáticos para realização de estudos, pareceres e análises de matérias específicas, objetivando subsidiar suas decisões;

IX – identificar e divulgar as potencialidades econômicas do município, bem como desenvolver as diretrizes para atração de investimentos.

§ 1º - As decisões e deliberações do Conselho Municipal de Desenvolvimento serão tomadas pela maioria (simples) de seus membros.

§ 2º - O mandato dos conselheiros será exercido gratuitamente e seus serviços considerados relevantes ao município.

Art. 5º - Para pleitear os incentivos do Programa, previstos no Art. 2º. A empresa interessada deverá apresentar Carta Consulta, na Assessoria de Comércio Agropecuária, conforme modelo integrante do regulamento desta Lei.

§ 1º - Aprovada a Carta Consulta, a empresa interessada deverá apresentar um projeto, contendo no mínimo o seguinte:

I – cópia autenticada dos documentos e contratos constitutivos da sociedade, bem como dos documentos pessoais dos sócios;

II – o projeto técnico de construção, ou de ampliação, com o cronograma de execução físico-financeiro;

III – o plano das atividades e serviços que serão implantados na área construída ou ampliada, bem como a previsão de investimentos econômico-financeiros;



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM

IV – a quantidade de empregos que serão oferecidos aos trabalhadores residentes no Município, observando o mínimo previsto no regulamento.

§ 2º - Formalizado o processo, com a documentação prevista neste artigo, o mesmo será encaminhado ao Conselho Municipal de desenvolvimento para análise quanto à viabilidade econômica.

§ 3º - Ficam dispensadas das exigências previstas no inciso II, os projetos que não necessitarem de construção ou ampliação do prédio.

Art. 6º - O Poder Executivo Municipal, através dos seus órgãos competentes, efetuará a fiscalização das disposições previstas nesta Lei, aplicando as medidas julgadas necessárias.

Art. 7º - As empresas deverão cumprir todas as exigências no tocante à legislação trabalhista, à ecologia e meio ambiente, evitando qualquer dano à natureza, sujeitando-se a todas as normas da legislação federal, estadual e municipal.

Parágrafo Único – O não cumprimento dessas exigências implica na perda do direito aos benefícios recebidos. A instância encarregada de avaliar o correto cumprimento das exigências trabalhistas e ambientais será o CMD.

Art. 8º - O Conselho Municipal de Desenvolvimento (CMD) será composto pelos seguintes membros:

- I – um representante da Assessoria de Meio Ambiente, de Jardim;
- II - um representante indicado pelo Banco do Brasil;
- III - um representante indicado pela Associação Comercial e Industrial de Jardim – ACIAJ;
- IV – um representante indicado pela OAB- Ordem dos Advogados do Brasil subseção de Jardim/MS;

Rua Coronel Juvêncio, 547 - Fone: (067) 251-1255 - Fax (067) 251-1370 - CGC 03.162.047/0001-40
CEP 79240-000 - Centro - JARDIM - Estado de Mato Grosso do Sul



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM

- V – um representante indicado pelos Sindicatos Patronais;
- VI – um representante do CREA / profissional indicado pelo Escritório do Local;
- VII – um representante indicado pelo Sindicato dos Contabilistas;
- VIII - um representante do Poder Executivo Municipal, de livre escolha e indicado pelo Prefeito Municipal;
- IX – um representante do Poder Legislativo Municipal.
- X – um representante da Gerência de Obras, do Município;
- XI – um representante da Caixa Econômica Federal.

Parágrafo Único – O Conselho será presidido pelo Assessor Municipal de Agropecuária e Comércio, que é considerado membro nato.

Art. 9º - O mandato dos conselheiros do CMD será de 02 (dois) anos, sendo permitida a recondução ao cargo por igual período.

Parágrafo Único – Cada conselheiro terá um suplente indicado pela entidade a qual representa e que tomará posse na primeira sessão que participar, sendo o titular substituído por seu suplente na sua falta, ausência e impedimentos.

Art. 10 – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial Lei Municipal nº. 1211/2005 de 19 de Abril de 2005 e Lei Complementar 046/2005 de 16 de Agosto de 2005.

Jardim – MS, 08 de Maio de 2007.

Evandro Antonio Bazzo,
Prefeito Municipal.